



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO**

TATIANE SILVA DA SILVA

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
NO TRABALHO DOMÉSTICO**

Salvador - BA

2025

TATIANE SILVA DA SILVA

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
NO TRABALHO DOMÉSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT), da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde, Ambiente e Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes
Pena

Coorientadora: Prof.^a Dr^a Gardênia Abreu
Vieira Fontes

Salvador - BA

2025

Ficha Catalográfica

Biblioteca Gonçalo Moniz

Sistema Universitário de Bibliotecas

Universidade Federal da Bahia

Silva, Tatiane Silva da.

S586 Condições de trabalho e segurança alimentar e nutricional no trabalho doméstico /
Tatiane Silva da Silva. – Salvador, 2025.

110 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena.

Coorientadora: Prof.^a Dr^a Gardênia Abreu Vieira Fontes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Medicina
da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Salvador,
2025.

Elaboração (Resolução CFB nº 184/2017):

Ana Lúcia Albano, CRB-5/1784

TATIANE SILVA DA SILVA

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TRABALHO DOMÉSTICO

Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT), da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho.

Data da Defesa: 12 de março de 2025.

Banca Examinadora

Paulo Gilvane Lopes Pena - Orientador _____

Doutor(a) em *Socio-Économie du Développement – École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)*, Paris

Professor Titular do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Bahia

Documento assinado digitalmente



GARDENIA ABREU VIEIRA FONTES

Data: 12/03/2025 18:08:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gardênia Abreu Vieira Fontes -Coorientadora _____

Doutor(a) em Saúde Pública com ênfase em Ciências Sociais, pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC), da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Associada do Departamento de Ciências da Nutrição, da Escola de Nutrição da UFBA

Documento assinado digitalmente



MARIA DA PURIFICACAO NAZARE ARAUJO

Data: 10/03/2025 13:04:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria da Purificação Nazaré Araújo _____

Doutor(a) em Saúde Pública com ênfase em Ciências Sociais Pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC), da Universidade Federal da Bahia

Professora Associada do Departamento de Ciência dos Alimentos, da Escola de Nutrição da UFBA

Documento assinado digitalmente



KENYA LIMA DE ARAUJO

Data: 10/03/2025 15:28:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kênya Lima de Araújo _____

Doutor(a) em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Escola de Nutrição, da Universidade Federal da Bahia

Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins

O presente trabalho foi realizado com Bolsa de estudos fornecida pela **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)** – Termo de Outorga (T.O.B) nº BOL0191/ 2023.

DEDICATÓRIA

*A vocês, valorosas moças do
trabalho doméstico.*

AGRADECIMENTOS

- Ao acaso por me colocarem aqui, neste momento, com essas pessoas;*
- À mainha, pois sempre trabalhou por um destino diferente do seu para suas meninas, um longe das cozinhas alheias;*
- Ao meu pai, pois ensinou-nos a importância da leitura, da necessidade de questionar a realidade e por fortalecer nossa autoestima;*
- À Tita, minha irmã, parceira de devaneios e elucubrações filosóficas, fonte de carinho e sabedoria imensuráveis;*
- À Lice, minha namorada, por me ensinar o exercício da paciência, pelas tantas discussões lúcidas sobre o comer no mundo do trabalho e pelo xodó brando ao longo do processo;*
- Aos colegas da turma de 2023 pelos inúmeros momentos de alegria, sinto-me muito honrada por ter dividido esse tempo com vocês, de verdade, queridos;*
- Às moças que participaram da pesquisa, que me permitiram adentrar suas casas, conhecer suas histórias, tornando essa pesquisa possível;*
- Ao professor Paulo Pena pela excepcional orientação, pelo envolvimento com a proposta, pela presença, engajamento, postura propositiva, pelas críticas diretas e sem firulas e pelos elogios que me faziam ganhar o dia. Sobretudo, obrigada por me apresentar os tantos aforismas sobre o “ser pesquisador”;*
- À professora Gardênia Abreu pela orientação respeitosa e pelo compromisso, me ajudando a compreender noções importantes, como a “rigidez metodológica”;*
- Ao Coordenador, professor Nando, por acolher minhas angústias acadêmicas e por apontar soluções efetivas, contribuindo para uma experiência acadêmica tranquila;*
- À professora Ana por ser entusiasta dessa pesquisa e pelas incontáveis discussões sobre interseccionalidade, pois foram valiosas para a compreensão do objeto.*

SILVA, T.S. ***Condições de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional no Trabalho Doméstico***. 2025. Orientador: Paulo Gilvane Lopes Pena. Dissertação de Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2025.

RESUMO

As trabalhadoras domésticas representam cerca de 6 milhões de trabalhadoras da categoria, uma profissão presente no Brasil desde os anos iniciais da colonização. Embora o trabalho doméstico seja crucial para produção e reprodução do cuidado, a categoria ainda não goza de direitos plenos, dentre o rol de direitos que a categoria ainda não possui, está o acesso à alimentação. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a SAN nas condições de trabalho de trabalhadoras domésticas que atuam em qualquer modalidade, no município de Salvador. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa cuja metodologia se fundamenta nas Teorias Compreensivas e Hermenêutica-dialética como perspectiva de análise. A pesquisa revelou aspectos como a experiência na fome no ambiente laboral, a oferta de restos e sobras, mecanismos de vigilância alimentar, violência tendo o alimento como mediador, o desenvolvimento de mecanismo de acesso à alimentação, algumas experiências de dignidade alimentar, dentre outros aspectos correlatos intrinsecamente ligados aos eixos de dominação gênero, raça e classe. Conclui-se que a alimentação no serviço doméstico carece da dignidade humana. A existência de previsão legal não parece ter força suficiente para modificar a experiência alimentar no ambiente laboral, um produto da interação estrutural do racismo e do sexismo, associado às dinâmicas de classe.

Palavras-chave: condições de trabalho, segurança alimentar e nutricional, trabalho doméstico

ABSTRACT

Domestic workers represent around 6 million workers in this category, a profession that has been present in Brazil since the early years of colonization. Although domestic work is crucial for the production and reproduction of care, the category still does not enjoy full rights. Among the list of rights that the category does not yet have is access to food. The aim of this research is to understand FNS in the working conditions of domestic workers who work in any type of job in the municipality of Salvador. It is a qualitative study whose methodology is based on Comprehensive Theories and Hermeneutics-Dialectics as a perspective for analysis. The research revealed aspects such as the experience of hunger in the workplace, the offer of leftovers, food surveillance mechanisms, violence with food as a mediator, the development of mechanisms for access to food, some experiences of food dignity, among other correlated aspects intrinsically linked to the axes of gender, race and class domination. The conclusion is that food in domestic service lacks human dignity. The existence of a legal provision does not seem to have sufficient force to change the experience of food in the workplace, a product of the structural interaction of racism and sexism, associated with class dynamics.

Keywords: *working conditions, food safety and nutrition, household work*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Matriz de Pré -Análise

Quadro 2 Matriz de Análise

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CF	Constituição Federal
CNN	<i>Cable News Network</i>
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHANA	Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada
FAO/ONU	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fenatrad	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem do Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PED-RMS	Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
REDE	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e
PENSSAN	Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SINAN	Sistema de Informações de Agravos e Notificações
TCs	Teorias Compreensivas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	17
2.1 Geral.....	17
2.2 Específicos	17
3. REFERENCIAL TEÓRICO	18
4. PERCURSO METODOLÓGICO	29
4.1 Tipo de Estudo.....	29
4.2 A Pesquisadora.....	29
4.3 As Participantes e o Lócus de Pesquisa.....	31
4.4 A Fase de Campo e a Produção de Dados.....	32
4.5 Aspectos Éticos da Pesquisa.....	34
4.6 A coleta de dados	34
4.7 A análise dos dados.....	35
4.8 Interpretação	38
6. ARTIGO I	40
6.1 ARTIGO II	67
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	106
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..	108
ANEXO A- APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA	111

1. INTRODUÇÃO

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é recorrente no cenário político nacional. Há alguns anos, o Brasil fez um movimento pendular no Mapa da Fome, saindo e, posteriormente, retornando à relação de países com população em Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) em níveis consideráveis (BRITO; BAPTISTA, 2021). Recentemente, o país não se encontra mais nessa relação de países (BRASIL, 2023).

A SAN representa a “garantia de condições de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 1994). Vale destacar que algumas classes de trabalhadores apresentam maior vulnerabilidade à INSAN, por conta de uma conjugação de determinantes e condicionantes sociais (BEZERRA et al., 2020). Os trabalhadores domésticos figuram em uma dessas classes.

Atualmente, os trabalhadores domésticos representam uma categoria em grande vulnerabilidade no mundo laboral, marcada por empregos instáveis e com vínculos frágeis (PIZZINGA, 2021). São sujeitos responsáveis por atividades como cozinhar, limpar as residências e zelar pessoas adoentadas, crianças e idosos (SILVA et al., 2017). Em suma, as atividades domésticas que estão no âmbito do cuidado e da gestão doméstica.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), trabalho doméstico está inserido no grupo dos chamados “trabalhos de serviços domésticos em geral”, correspondentes ao código CBO 5121-05. A descrição sumária define os trabalhadores domésticos como os sujeitos que “preparam refeições e prestam assistência às pessoas, cuidam de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração da casa, conforme orientações recebidas. Podem também fazer arrumação ou faxina, cuidar de plantas, do ambiente interno e de animais domésticos”. O trabalho doméstico, segundo o documento, é descrito pelo conjunto das seguintes funções ou cargos: acompanhante de idosos, arrumadeira,

assistente doméstico, empregado doméstico diarista, babá, cozinheira, caseiro, cuidador de criança, dama de companhia, faxineira, jardineiro, motorista, passeadeira, vigia, mordomo (BRASIL, 2022).

Segundo a ONU Mulheres (2020), estima-se que há mais de 15 milhões de trabalhadores domésticos, sendo cerca de 90% mulheres. No Brasil, são cerca de 6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 92% mulheres, destas, 66% se declaram negras, com idades entre 45 e 59 anos (42%) e escolarização inferior ao ensino médio (63%). Há cerca de 75% dessas trabalhadoras na informalidade, apresentando um rendimento mensal de cerca de R\$ 1.122,00 e aproximadamente 52% se declaram como chefes de família (DIEESE, 2024).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), produzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com o DIEESE, identificou o perfil da trabalhadora doméstica da região. Segundo a pesquisa, em 2018, 60,3% das trabalhadoras possuíam idades entre 40 a 49 anos; 48,5% possuíam carteira assinada; 94,9% se declararam negras, 95,6% residiam e trabalhavam na Região Metropolitana de Salvador; 42,1% das trabalhadoras se declaram chefes de família e o regime médio de trabalho das mensalistas era de 36h semanais (DIEESE, 2019).

Todavia, esses números não garantem o acesso aos direitos fundamentais ou um arcabouço de políticas públicas robusto para atender às necessidades específicas e elementares da categoria, como a alimentação, restando questionar: como as trabalhadoras compreendem e lidam com as questões de SAN no labor cotidiano? Diante do exposto, define-se como questão de investigação: como trabalhadoras domesticam significam a sua experiência alimentar?

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), referentes a essa categoria de trabalho, evidenciam que, dentro do contingente de trabalhadores domésticos, há, majoritariamente, mulheres negras. Elas representam cerca de 62% das trabalhadoras, as quais recebem cerca de 84% menos que as trabalhadoras brancas (PINHEIRO et al., 2019). Este fato reforça a ideia da influência do racismo estrutural nessa categoria laboral.

Adicionada à desigualdade racial, há a concepção de trabalho feminino enquanto produtor e reprodutor do cuidado, uma compreensão que não se extinguiu, mesmo diante das mudanças da modernidade. Esse fato possibilita a delimitação de um sujeito específico como agente do trabalho doméstico: são, sobretudo, mulheres, negras (SORJ, 2019). Ademais, tratam-se de mulheres, predominantemente, oriundas de classes populares e de baixa renda. Há, desta forma, a articulação de eixos estruturantes de dominação: gênero, raça e classe. O que evoca uma perspectiva interseccional de compreensão do fenômeno. Ademais, esse fato evidencia a manutenção, sobretudo, do racismo.¹

Vale destacar que o trabalho doméstico no Brasil possui uma gênese muito bem determinada: o período escravocrata, compondo o rol de atividades dos sujeitos escravizados e, tal como atualmente, eram, majoritariamente, mulheres negras. Elas desenvolviam atividades enquanto cozinheiras, aias, mucamas, amas de leite, faziam a recepção de visitas, cuidavam de crianças (SILVA et al., 2017). Ainda dentro dessa perspectiva, ao avaliar o último balanço de operações acerca do trabalho análogo à escravidão, do Ministério Público do Trabalho (MPT), fica evidente a herança do trabalho escravo no trabalho doméstico atual. Verifica-se que o trabalho doméstico análogo ao escravo está entre as principais modalidades alvo das ações de resgate e, no conteúdo das notificações, está destacada a situação de INSAN (BRASIL, 2020).

Nos últimos anos, após um longo histórico de reivindicações por parte dos sindicatos, a categoria conseguiu que fossem assegurados grande parte dos direitos trabalhistas previstos para as demais categorias, tais como: salário mínimo, seguro desemprego, FGTS, proibição de trabalho noturno (FRAGA; MONTICELLI, 2021). Todavia, dentro do conjunto de direitos adquiridos, a única determinação que havia sobre a alimentação era a disponibilidade de tempo para realizar as refeições, o que foi modificado recentemente com a inclusão da alimentação no conjunto de garantias (BRASIL, 2023).

¹ "A manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea." (ALMEIDA, 2019)

Quanto à organização sindical da categoria, as ações desenvolvidas pelos sindicatos são no âmbito da “educação legal popular”, objetivando instruir as trabalhadoras acerca dos seus direitos trabalhistas. Há algumas parcerias, como a firmada com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas), com o lançamento da cartilha “Fortalecendo os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas”, fomentando o protagonismo sindical e luta pelos direitos (ACCIARI; PINTO, 2020). Todavia, embora a organização sindical tenha garantido o reconhecimento legal da categoria, há um rol significativo de direitos ainda não assegurados no atual arcabouço legal (DIEESE, 2023).

Embora se deva reconhecer o caráter emancipador da atuação dos sindicatos para o alcance da cidadania, é importante destacar que a organização sindical plena dessa categoria de trabalhadores é prejudicada por alguns fatos. Um deles é a dispersão do agregado de trabalhadoras, baixo quantitativo de trabalhadoras sindicalizadas e a dificuldade de articular movimentos grandes, como greves. Todavia, segundo Benevides e col. (2021), mesmo diante das fragilidades que a organização sindical apresenta, ela ainda tem se mostrado viável, diante das conquistas materiais e simbólicas dos últimos anos.

O cenário descrito acima, equaciona vulnerabilidade laboral histórica, associada ao racismo estrutural², à divisão sexual do trabalho, as dinâmicas de classes e um conjunto de direitos trabalhistas incompletos. Isto posto, procura-se compreender as experiências alimentares enquanto elemento-chave das condições do trabalho doméstico. Ademais, ampliar a compreensão da alimentação no trabalho enquanto um dos fatores constituintes das condições de trabalho.

² “O racismo estrutural refere-se à amplitude do racismo, que se manifesta tanto na esfera individual, quanto das instituições, estando presente, portanto, em todos os âmbitos da sociedade.” (ALMEIDA, 2019)

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Compreender as condições de trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional para trabalhadoras domésticas do município de Salvador.

2.2 Específicos:

- Descrever o contexto de trabalho e de vida de empregadas domésticas em Salvador;
- Descrever o comer no trabalho;
- Conhecer as condições de acesso aos alimentos no trabalho;
- Identificar as estratégias para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional, caso existam.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho, um fenômeno dinâmico e polissêmico, com posição central na vida humana, que tanto pode ser compreendido como atividade produtiva ou criativa, mas também como outras noções associadas, a saber: modo de demarcação do *locus* social; caminho vocacional; elemento formador da identidade de indivíduos e coletividades, com sentidos que serão demarcados pela historicidade (GIDDENS, 2006). Dentre as categorias de trabalho, estão os trabalhos do cuidado, historicamente destinados às mulheres, dentre eles, o trabalho doméstico.

Outra noção vital à proposta é a compreensão de processo de trabalho, o qual pode ser compreendido como uma atividade que objetiva atingir um fim pré-determinado. Trata-se de um processo consciente, que se desdobra em criações materiais, exigindo uma constante elaboração e afasta-se de qualquer concepção de trabalho como manifestação natural, inata. Se as condições para a realização deste trabalho forem aviltantes, se objetivarem apenas a manutenção das condições materiais básicas de sobrevivência, o trabalho muda de camada, apresentando seu espectro negativo, reduzindo a humanidade de quem o executa (MARX, 2004).

Laurell (1989) salienta que o trabalho possui a capacidade de influenciar muitos setores da vida do trabalhador. Para a autora, a saúde do trabalhador, além de ser afetada pelas circunstâncias do espaço de trabalho, impactando o desenvolvimento das suas atividades, ganha dimensão e afeta sua vida privada. Desta forma, as condições de trabalho, além de lançarem as bases para a execução das atividades, também determinam a conformação da saúde de quem a desenvolve. Portanto, as consequências de condições compreendidas como inadequadas podem se manifestar como as chamadas doenças do trabalho, mas também podem eclodir em outras formas de sofrimentos, desde constrangimentos a traumas psíquicos.

As condições de trabalho são um fator essencial para a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, constituindo uma dimensão estruturante na vida dos indivíduos. Por isso, elas influenciam diretamente a produtividade, a satisfação no trabalho e a qualidade de vida. (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). No entanto, as condições de trabalho vão além dos aspectos físicos e materiais, abrangendo um conjunto complexo de situações que impactam a experiência laboral. Esses fatores incluem também dimensões psicossociais e organizacionais, que moldam as dinâmicas das

relações, trazendo diferentes perspectivas sobre o conceito e a amplitude das condições de trabalho. (RAMOS et al., 2002)

Um tema caro para esta proposta é o trabalho doméstico, dentre as publicações identificadas, nota-se o predomínio de abordagens acerca das situações de violências (em amplo espectro), sobretudo, dentro da tônica do racismo. Carvalho e col. (2023) chamam atenção para a manutenção da imagem de pessoas negras como escravos e servos, uma concepção que normaliza os sofrimentos vividos pela população negra. Vale pôr em evidência que, as trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras, compõem a categoria que o autor denomina de “a ralé brasileira” (SOUZA, 2009).

Notícias sobre a conformação da alimentação do trabalhador doméstico, ao longo da história do Brasil, aparecem em escritos como o “História da Alimentação no Brasil”. No livro, o autor descreve a alimentação do sujeito escravizado ao longo dos mais de 300 anos de escravidão. Vale destacar que, assim como hoje, o corpo de trabalhadores domésticos era predominantemente negro e feminino (amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, açafatas de sinhá-moça). Segundo o autor, a alimentação dessas mulheres era, como esdruxulamente denomina, “especial”. Essa chamada “comida especial” se tratava de restos das refeições dos senhores (CASCUDO, 2011).

O trabalho dessas mulheres possui um aspecto de resistência muito evidente, posto que, após o fim do período de escravatura, elas foram para ou permaneceram no trabalho doméstico remunerado, representando, em muitas situações, o único sujeito com remuneração na família. Em situações em que havia a ausência de remuneração, a comida era o pagamento mais frequente pelo trabalho (SAFFIOTI, 1978). Conteúdo da chamada “literatura cinzenta” indicam que episódios semelhantes ainda ocorrem. Segundo a reportagem do portal UOL “Patrão não é obrigado a dar a mesma comida para doméstico”, o advogado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) argumenta que fornecer uma alimentação diferenciada à trabalhadora não configura desrespeito às leis trabalhistas, tampouco aos direitos humanos. No livro intitulado “Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, a autora, que é ex-trabalhadora doméstica, traz um compilado de narrativas sobre o

cotidiano das trabalhadoras domésticas e, nesse conteúdo, relatos relativos à alimentação, em especial, à INSAN (PRETA-RARA, 2019).

Sobre as questões de SAN, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), expressa que há cerca de 733 milhões de pessoas em INSAN no mundo (FAO/ONU, 2023), números agravados pela pandemia de Sars-Cov 2, questões climáticas e geopolíticas, como as guerras da Ucrânia e Oriente Médio. No último Relatório, a diligência ainda projetou que em 2030 cerca de 600 milhões de pessoas, globalmente, experienciarão a fome (ONU, 2023). No geral, o enfoque da entidade tem sido nas questões climáticas, especificamente, a sustentabilidade, assumindo uma postura muito mais explicativa da experiência de fome do que propositiva, sem grandes debates sobre as questões estruturais do problema.

A fome e suas várias nuances são produtos diretos da desigualdade social, ela é um produto político que fere um direito humano básico, que é a alimentação. A fome também se constitui como um produto das relações de produção capitalistas que necessita da desigualdade para a manutenção das hierarquias sociais. A fome atual, portanto, não é resultado de uma produção agrícola insuficiente, sobretudo, porque o Brasil é um dos maiores países agroexportadores do globo. O fenômeno está ligado, portanto, às disparidades de renda e às dinâmicas de classe e raça, posto que é a população negra e pobre a mais afetada pelo fenômeno. Ademais, há outros elementos que compõem esse problema, como a questão agrária, principalmente, a manutenção de latifúndios, que também se relaciona à concentração de renda e à desigualdade social (AZEVEDO, 2022).

Na literatura, um marco importante sobre a temática da SAN, no Brasil, é o livro “Geografia da Fome”, de Josué de Castro. Na obra, o pesquisador faz uma *travelling* sobre a fome no país, abordando-a como um fenômeno sociopolítico relacionado à renda, ao subemprego, ao desemprego e às relações de poder interclasses. Uma das noções mais prementes do pesquisador é que, sendo a fome um fenômeno artificial, estaria ela passível de alívio e extinção. Ademais, também trata a fome como experiência que esmaga a humanidade do sujeito em sentido amplo (físico, mental, social). A fome, portanto, seria um produto dos diferentes tipos de dominação que se processam nas relações humanas e que não se trata de vivência inexorável, diante das suas causas (CASTRO, 2022).

Outra publicação de grande importância é o livro “A Agonia da Fome”, da pesquisadora Maria do Carmo Freitas, no qual a pesquisadora conduz uma abordagem antropológica do fenômeno da fome. O livro trata de um estudo etnográfico realizado em um bairro popular de Salvador, na comunidade Pela Porco. Na produção, a autora trata a fome como um produto das diferenças socioeconômicas e políticas e, do exercício etnográfico, emergiram categorias de compreensão relativas à dimensão simbólica da experiência e relatos sobre o poder esmagador da fome. O livro é um marco da perspectiva qualitativa sobre a temática e está solidificado como referência para a compreensão da experiência de escassez de alimentos, no âmbito da pesquisa qualitativa (FREITAS, 2003).

Em “O Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”, uma autobiografia escrita por uma trabalhadora negra e periférica, Carolina Maria de Jesus, que exercia as atividades de catadora e lavadeira. No livro, há um extenso relato sobre o cotidiano das favelas paulistas, dentre as experiências, a fome surge quase que onipresente, sendo o fio que tece grande parte das narrativas. A autora, além de apresentar o diário da escassez alimentar, aborda algumas estratégias para enfrentamento da fome, como seleção restos de feiras e mercados. Sua autoetnografia apresenta um *frame* da vida marcada pela INSAN, expondo reflexões acerca de como a fome esvai as potências físicas e mentais humanas (JESUS, 2004). Esse retrato foi e ainda é expressivo das vulnerabilidades das trabalhadoras negras e periféricas do país. O texto representa uma perspectiva importante sobre o fenômeno: a perspectiva de quem o vivencia.

As pesquisas produzidas acerca da temática, no Brasil, têm um enfoque no estado nutricional, produção agrícola e segurança sanitária, dentre outros parâmetros da perspectiva quantitativa. As investigações na perspectiva das ciências humanas e sociais, sobretudo, na tônica do direito humano à alimentação e nutrição adequada, ainda são escassas (FERRI; KALSING, 2022).

Mesmo diante da compreensão de que a SAN possui múltiplas dimensões, sendo as principais: a disponibilidade de alimentos; acesso; utilização biológica e estabilidade, a dimensão biológica possui maior expressão nas publicações. Isto posto, questões como SAN e o trabalho acabam sendo pouco expressivas e, quando ocorrem, são abordadas estratégias destinadas a trabalhadores formais, sendo o PAT o exemplo mais emblemático (MANIGLIA, 2009).

Vale destacar que o termo SAN passou a ser largamente empregado após o final da segunda guerra mundial, como parte do conjunto de elementos da soberania nacional. A partir dessa definição procurou-se explorar as dimensões dessa experiência com o alimento, desenhando, preliminarmente, as estratégias globais para alcançá-la. Na ocasião, acreditava-se que a superação da INSAN seria alcançada com o aumento na produção de alimentos, solução que se mostrou insuficiente para superar a fome (BELIK, 2003). Atualmente, acredita-se que o alcance da SAN se dê por meio duas grandes dimensões: a do respeito aos direitos (humanos, básicos, trabalhistas) e a o acesso à renda.

A fim de erradicar ou minimizar os impactos da INSAN, o governo federal (2003-2016) implementou uma série de políticas para superação da fome. Destacam-se o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto políticas públicas específicas. O PBF diz respeito a um programa com amplo reconhecimento e que contribui, sobretudo, para alívio imediato da miséria (BRASIL, 2023). Vale destacar que este processo tem o alimento como elemento central.

Assim como o trabalho doméstico tem cor e gênero, a fome também os tem. Os domicílios chefiados por mulheres negras possuem maior chances de expressar INSAN morada e grave, fato fortemente relacionado aos vínculos empregatícios frágeis e à trabalhos informais (2022). As formas de expressão do racismo estão tanto no âmbito consciente, quanto do inconsciente, atravessando todas as instâncias da sociedade (ALMEIDA, 2019). Esta compreensão, quando cruzada com o perfil do famélico no Brasil, evidencia que o racismo é determinante da experiência de INSAN.

O gênero é uma das marcas do trabalho doméstico, ele está intrinsecamente ligado ao trabalho reprodutivo (ter filhos, cuidar do lar e família), para a manutenção da estrutura social, baseada na divisão sexual do trabalho, a qual separa e hierarquiza os gêneros. A compreensão de que o lar cabe ao feminino, estabelece um rol de atividades domésticas compreendidas como atributos naturais das mulheres, tais como: cozinhar, limpar, cuidar de crianças. Assim, a mulher, enquanto doméstica, abdica da dedicação aos seus filhos para dirigir o cuidado aos filhos de terceiros (CARVALHO; GONÇALVES, 2023).

A raça é outra marca da configuração do trabalho doméstico. A manutenção desse aspecto na determinação do perfil dessas trabalhadoras está ligada racismo estrutural. O racismo diz respeito ao estabelecimento de uma hierarquia das raças,

sobretudo, no Brasil, com base no fenótipo, fixando a sistematização de discriminações. A discriminação, por sua vez, seria a expressão no racismo na vida cotidiana, com tratamentos distintos segundo as raças. Ressaltando que raça é uma abstração, uma categoria criada para hierarquização humana. O racismo estrutural, no que lhe concerne, diz respeito à amplitude do racismo, sua capacidade de atingir todas as instâncias da vida em sociedade (ALMEIDA, 2019). Isto posto, se o racismo estrutural assume *status* de onipresente, sua presença, portanto, também se faz no trabalho doméstico, definindo os lugares das domésticas, as condições de trabalho e os modos de ser trabalhadora (COSTA, 2022). A relação com o alimento se insere nessa lógica, pautada na hierarquia patrão (a) /empregada, a qual pode delimitar os modos de acesso ao alimento, a qualidade da dieta e as condições de consumo, podendo impactar a SAN.

Portanto, uma conjunção de elementos colabora para a experiência com o alimento no trabalho. O somatório de ser mulher, negra e economicamente vulnerável constitui uma tríade que evoca a interseccionalidade para a compreensão do trabalho doméstico. O conceito de interseccionalidade, uma categoria analítica que emerge do feminismo negro, diz respeito à sobreposição de elementos como gênero, raça e classe dentro da lógica da dominação. Essa convergência acaba por interferir, de forma bastante específica, na experiência de ser mulher na contemporaneidade, tornando, por exemplo, mulheres negras mais vulneráveis a algumas experiências sociais (AKOTIRENE, 2019).

Subalternidade é, seguramente, uma marca saliente do trabalho doméstico. Grande parte do que se tem publicado acerca da caracterização do sujeito doméstico aborda, seja de forma contundente, seja de forma branda, essa compreensão. Pensar o sujeito subalterno, é evocar a ideia da representação, tanto de si, quanto dos seus iguais. Para Gramsci (1982), o sujeito subalterno é aquele cuja fala é negada, logo, numa existência muda, há a impossibilidade de colocar suas demandas.

Outra marca desse trabalho é a precarização, a qual acimenta o terreno para o estabelecimento de vínculos e condições de trabalhos geradores de sofrimento. A precarização do trabalho doméstico, em específico, está relacionada à forma como este trabalho é concebido, como de baixa complexidade, fato que não se demonstra na realidade (SOUZA et al.2021). Na prática, o trabalhador tem seus direitos, mesmo os reconhecidos, negados ou aviltados. Desta forma, mesmo diante das conquistas

trabalhistas, os vínculos que tendem a ser construídos rumam para uma modalidade específica de trabalho doméstico: o de diarista, pois permite um vínculo mais flexível (SOUZA et al.2022).

A negação de direitos é uma marca do panorama do trabalho doméstico no Brasil. No art. 7º da CF, havia a supressão de uma série de direitos enquanto categoria, dentre eles: relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia do tempo de serviço, dentre outros. A alimentação compunha, até 2022, parte desses direitos negados. Foi somente em 2023 que passou a ser considerado direito da categoria (BRASIL, 1988). A retirada de direitos das domésticas da CF representa um processo inconstitucional que aponta para a (des) consolidação legal e simbólica. A decisão de subtrair direitos reforçava a discriminação e a precariedade de longa data enquanto classe trabalhadora. Vale destacar que, diferente do processo de precarização que se deu após a crise da era fordista, e com ascensão do Toyotismo, a precarização do trabalho doméstico diz respeito a negação histórica de garantias básicas e a exposição às violências - física, sexual e simbólica (SOUZA et al, 2022).

Um aspecto pronunciado do trabalho doméstico remunerado é a sua condição de invisível. Trata-se de uma invisibilidade enquanto categoria de trabalho e seus desdobramentos no campo dos direitos, mas também diz respeito a uma invisibilidade nas publicações, embora, nos últimos anos, possa ser observado o crescente dos trabalhos. Para Araújo (2021), a invisibilidade do trabalho doméstico remunerado relaciona-se, sobretudo, ao *status* de trabalho doméstico per se, posto que é concebido enquanto trabalho improdutivo.

Embora haja elementos que contribuam para essa compreensão, seguramente, não explicam o fenômeno da invisibilidade dessa categoria de trabalho. Simões e Hermeto (2019) ressaltam que a invisibilidade observada no trabalho doméstico possui forte relação com o racismo e a divisão sexual do trabalho. Giddens (2006), por sua vez, destaca que a origem do *status* de “invisível” do trabalho doméstico está na consolidação da compreensão de trabalho real como sendo o trabalho remunerado, noção aliada à segregação ocupacional trabalho. Nesse processo, foi se estabelecendo a compreensão dos trabalhos femininos de cuidado enquanto ofícios naturais, contribuindo para a manutenção da invisibilidade.

Cabe distinguir que há duas categorias básicas de trabalho doméstico: o não remunerado e o remunerado. Como os próprios nomes sugerem, o primeiro diz respeito à reprodução do cuidado doméstico e guarda forte relação com a divisão sexual do trabalho, um labor historicamente compreendido como feminino na gestão do cuidado (GARCIA, G.C & MARCONDES G.S,2022). O segundo, por sua vez, diz respeito à atividade laboral de servidão mais antiga que se tem conhecimento, cuja forja se deu na lógica da reprodução do cuidado e que também se constitui como atividade econômica, portanto, produtiva (MOURÃO et al., 2022).

Andrade e col.(2023) conduziram uma investigação sobre outra mácula do trabalho doméstico: as violências. Os autores ressaltam que, historicamente e persistentemente, a violência sexual, física e emocional fazem parte do cotidiano do trabalho doméstico, mesmo do realizado nas idades mais tenras.

A dimensão da experiência que se pretende tratar diz respeito às vivências que impulsionam os modos de pensar e agir, formados a partir da nossa história pessoal e profissional. São situações que, além de influenciar posturas, moldam a subjetividade. Trata-se de uma atividade que requer constante reflexão e reexame das condutas, um processo dinâmico que remolda o sujeito, suas relações e seus modos de agir no mundo. A experiência permite a melhor compreensão das questões intrínsecas aos sujeitos e também das extrínsecas (DEWEY, 1959). Isto posto, a compreensão de experiência a se explorar diz respeito a esse fenômeno capaz de traduzir as dinâmicas do sujeito consigo e com do mundo, inclusive, com o mundo do trabalho.

A discussão entre saúde do trabalhador e SAN, no âmbito da saúde coletiva é incipiente. Há a escassez de publicações com essa abordagem no campo da saúde coletiva e as poucas que existem tendem a tratar de dois aspectos específicos: o histórico de políticas públicas de SAN e a relevância da alimentação para a saúde geral do trabalhador (formal). Por sua vez, o diálogo entre trabalho e alimentação também apresenta escassez de publicações e as identificadas abordam, sobretudo, a alimentação como estratégia para o bom desenvolvimento do trabalho. A saúde do trabalhador não é, de fato, o elemento central. Ademais, vale destacar que as categorias de trabalho que gozam desse direito ainda são as formais, o que faz com que as publicações se concentrem em tecer avaliações sobre programas institucionais, como o PAT (GUILHERME R.C et al., 2020).

Na dimensão dos direitos trabalhistas, é importante destacar que Política Nacional do Trabalhador e da Trabalhadora, no arcabouço de direitos que prevê, não sinaliza a alimentação como um deles (BRASIL, 2012). A ausência desse direito na política evidencia como a alimentação ainda não está consolidada enquanto garantia básica, mesmo diante de sua inquestionável importância. Veloso e Santana (2002) ressaltam que, num país marcado por desigualdades, políticas que contemplem a alimentação do trabalhador assumem caráter compensatório importante. Desta forma, ao negar o direito à alimentação de qualidade, rejeita-se, por consequência, a oportunidade de se fazer justiça social nesse âmbito.

A divisão de classe, em específico, a divisão ocupacional, também resvala no trabalho doméstico. Mas um aspecto que muito se destaca no trabalho doméstico é a difícil organização e mobilização da categoria, diante da conformação, majoritariamente, solitária do trabalho. Dias e Almeida (2012) chamam atenção para um fato importante, a equivocada ideia de pertencimento gerada, bem como demais sentimentos associados, que constituem uma barreira afetiva para o pleito das necessidades.

É importante destacar que o trabalho doméstico, no Brasil, está apoiado em dois pilares complementares: a servidão e a escravidão. A servidão tem sua origem vincula-se ao período feudal europeu, nela o servo era concebido como trabalhador por dependência, o qual possuía algumas garantias, como parte da produção para subsistência e, a depender do contrato, terras após liberação da atividade. Essa compreensão influenciou o modelamento do regime de escravidão que emergiria a partir do século XV. Diferente da servidão, a escravidão que se deu nas Américas consistiu num sistema de submissão relacionado à raça, ligada a ideia de que o não-branco era um não-humano, portanto, poderia ser sujeitado a quaisquer condições de existência. O regime tinha como principal objetivo submeter o sujeito a um trabalho compulsório e, nessa sujeição, acabava por destituir o indivíduo de sua humanidade. No processo de esmagamento da identidade, usurpava-se do escravizado tudo o que o tornava singular (BORTOLETTI et. al., 2013).

Nesse regime, que durou mais de três séculos, a alimentação era predeterminada, quando esta existia. Acesso a alimentos não consistia numa garantia, de modo que há registros de estratégias que os escravizados desenvolviam para ter suprida essa necessidade básica, quando era negada por parte dos senhores. A

alimentação, quando presente, era pobre em variedade e sem qualquer respeito às especificidades de quem a consumia. Os hábitos alimentares do escravizado doméstico eram tinham como base o consumo de uma ração mínima, a qual objetivava a mera sobrevivência e vitalidade para o trabalho (VIOTTI, 2019).

Nos manuais veterinários, destinados à gestão animal, com se pode supor, havia orientações para o manejo desse que era concebido como não-humano, o escravizado. Nesses documentos há a definição do que seria a alimentação desses sujeitos, a qual consistia, basicamente, num cardápio forjado na ideia do mínimo para viver. Além disso, aspectos da comensalidade como “onde” e “com quem” os escravizados comeriam também eram prescritos, com restrição da espontaneidade do comer e, principalmente, da interação social interescravizados (MARQUESE, 1997).

Outro tipo de publicação e de suma importância para compreender a construção simbólica da trabalhadora doméstica, para a burguesia, são os “guias de comportamento”. Os manuais domésticos de comportamento, junto com outras modalidades de produção literária destinadas às mulheres, lançaram os alicerces para o desenho do estilo de vida e mentalidade da burguesia brasileira. Essas publicações orientam as condutas das patroas tanto quanto à postura diante do trabalhador escravizado, quanto ao recém-liberto. Em “A Dona de Casa”, por exemplo, o escritor, Sylvino Junior (1894), orienta as donas de casa a supervisionar as cozinhas regularmente, pois as domésticas não seriam dignas de confiança.

Em “Livro das Noivas”, de Almeida (1896), do período pós-escravidão imediato, há ilações acerca das domésticas, acusando-as de promover o suicídio de suas respectivas patroas, por conta de pratos mal elaborados no interior das cozinhas burguesas. No livro, a autora ainda repudia o costume da época de trancar os armários de mantimentos, pois o gesto supostamente alimentaria a cobiça das empregadas. No manual “O lar doméstico”, de Vera Claser (1917), a autora condena a oferta de restos de comida às empregadas, pois isso poderia “aprimorar o seu gosto”, o que poderia resultar na necessidade de ofertar um cardápio mais elaborado para as trabalhadoras. Sobre esse tipo de publicação, Roncador (2008) ressalta que a propaganda de um suposto perfil imoral das empregadas fez parte do processo de normatização do trabalho doméstico em condições desumanas. Esse

empreendimento difamatório contribuiu para a criação de um ideário de trabalhadora doméstica que persiste ainda hoje e tem suas expressões em vários âmbitos.

O trabalho doméstico é, portanto, uma clara herança do regime de escravidão que vigorou no Brasil por mais de 300 anos. Passados mais de um século da abolição da escravatura, muito da conformação desse trabalho ainda se mantém. A presença de preconceitos, discriminações, violências e segregações ainda dão o tom desse trabalho, cuja noção de servidão é presente, muitas vezes associada à compreensão de escravidão. Essas compreensões estão fixadas na ideia de que estas mulheres e seus corpos estão disponíveis, seja para o trabalho, seja para outros fins escusos. Essa lógica esmagadora desloca a trabalhadora da condição de sujeito para a de objeto (ÁVILA; FERREIRA, 2020).

Atualmente, o trabalho doméstico com características similares ao de escravo ainda persiste no Brasil, ele é chamado de “trabalho doméstico análogo à escravidão”, e ocorre tanto na zona rural, quanto urbana. Nesse universo, o trabalho doméstico análogo ao escravo, tal como o trabalho doméstico legal, é majoritariamente feminino, negro e realizado por mulheres de baixa renda (GALON; OLIVEIRA, 2021). Trata-se, portanto, de um processo adaptativo dessa modalidade de exploração, a qual se vale das fragilidades do direito brasileiro para se perpetuar.

Assim como havia no passado um rol específico de alimentos para o escravizado consumir, também havia para o recém-liberto um cardápio moldado na escassez. Ademais, determinava-se o modo de comer, o lugar e o tipo de comensalidade. Hoje, a escravidão sofreu mutações adaptativas, mas mantém na sua conformação a manutenção de condições de trabalho degradantes e, nessa conjuntura, a SAN figura como uma das dimensões fragilizadas. E é no microverso da cozinha que a contradição entre produzir o alimento, mas sem poder consumi-lo, se produz. Isso figura como um marcador de lugar, a doméstica está naquele espaço, mas não pertence a ele. A comida, nesse caso, segrega a trabalhadora e delimita a dignidade alimentar somente aos patrões.

4.. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho exploratório e analítico, orientada nas ciências humanas e sociais, a qual será desenvolvida a partir da perspectiva das Teorias Compreensivas (TCs). A eleição da pesquisa qualitativa se justifica porque, dada a natureza da questão de investigação, cujo centro orbital é a experiência, somente a pesquisa qualitativa daria conta de responder às questões que compõem e circundam o objeto.

A pesquisa qualitativa tem como uma das principais finalidades examinar a realidade tomando como prisma a socio antropologia. Ela parte do pressuposto de que a natureza da realidade é subjetiva e é construída social, segundo o contexto cultural e histórico. Possui uma ampla gama de referenciais epistemológicos, métodos e ferramentas, permitindo a investigação de diferentes fenômenos que evocam a compreensão de fenômenos humanos (POUPART et. Al., 2018).

A escolha das TCs, cujo foco está nos sujeitos, sentidos e contextos, se justifica pelo fato de o objeto que se pretende estudar evocar uma perspectiva compreensivista e, dentre as possibilidades existentes, as TCs podem contribuir para o alcance da compreensão do objeto. As TCs pertencem à perspectiva compreensivista, relativa à sociologia compreensiva de Weber, a qual considera a concepção de “teia de relações” para os significados compartilhados socialmente, que são passíveis de problematização e interpretação (ALVES, 2010).

4.2 A Pesquisadora

Para me situar no processo, adoto um relato em primeira pessoa: Sou, em primeiro lugar, filha de Maria e Carlos, ex trabalhadores domésticos. Ao longo de suas histórias laborais sempre estiveram inseridos na lógica: mulher para os ofícios de dentro, homem para os de fora. Minha mãe foi, portanto, babá, cozinheira, cuidadora de idosos, atuando tanto como mensalista, quanto como diarista. Meu pai, caseiro e jardineiro, chegou a ser escravizado na década de 1970, numa propriedade de japoneses, em São Paulo. Não acompanhei meu pai no seu ofício, pois, depois da

experiência com os orientais, ele abandonou o trabalho doméstico, apenas conheço suas histórias. Minha mãe, no entanto, acompanho desde recém-nascida. Cresci observando a dinâmica patrão - empregada, sendo treinada para ser doméstica também, mesmo na tenra infância. Ali alguns elementos das relações já me chamavam a atenção, como as segregações materiais e simbólicas de lugares

Uma vez na graduação passei por caminhos fundamentais para pavimentar minha chegada no Programa, a este objeto .O PET (Programa de Educação Tutorial) e os estudos sobre socioantropológica da alimentação; a pesquisa, com Virgínia Campos, que me deu as bases da metodologia científica e o estágio na SESAB, na gestão de políticas públicas. Mas foi em Dietoterapia Aplicada I, no Ambulatório de Transtornos Alimentares, que conheci a vislumbrar o objeto. Na ocasião, atendi pacientes que eram trabalhadoras domésticas e trouxeram relatos importantes sobre privações de acesso, como a adoção de dietas compulsórias. Rememorei o que, há tempos, eu tentava esquecer: que meus pais também passaram por experiências de privação no trabalho doméstico.

Em 2022 decidi que seria esse o meu objeto, “o comer no trabalho doméstico”, e já estava ciente de que seria um processo difícil, emocionalmente, principalmente, pois agora deveria fazer o trajeto inverso: lembrar. Não somente lembrar, mas desnaturalizar o trabalho doméstico, no intuito de ver processos que desconhecia, para compreender melhor o fenômeno. Portanto, a escolha da questão de investigação emergiu de inquietações oriundas dos relatos das vivências das pacientes, somadas às histórias da mãe, das amigas, das vizinhas, de pessoas aleatórias conhecidas nas ruas da Soterópolis. Narrativas onde o trabalho doméstico figura tanto a subsistência e existência, quanto resistência. Esses relatos, geralmente tinham (e têm) a alimentação como experiência recorrente, às vezes, central. Questões, inclusive, que não surgiram aqui, mas existem no plano cotidiano. A escolha da categoria teórica Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) advém da compreensão da fome como uma questão estrutural no Brasil, sobretudo, mais veemente na região Nordeste, do campo à urbe, mas também, como uma possível marca do trabalho doméstico ainda passível de desvelamento e compreensão.

4.3 As Participantes e o Locus de Pesquisa

A pesquisa é composta por mulheres maiores de 18 anos, trabalhadoras que atuam, ou atuaram por, ao menos, um ano, tanto na modalidade de mensalista, quanto de diarista, em qualquer atividade do ofício. A mostra foi composta por um total de 10 participantes, dentre elas, 9 autodeclaradas negras e uma indígena. Trata-se de trabalhadoras não sindicalizadas, residentes no município de Salvador, município onde também desenvolvem ou desenvolveram suas atividades. Vale destacar que a pesquisa foi realizada com trabalhadoras residentes na cidade de Salvador, uma vez que é nesse aglomerado urbano que se identifica, em maior expressão (aproximadamente 96%), a presença dessas trabalhadoras, na Bahia, segundo dados do DIEESE (2022).

As trabalhadoras residem no Distrito Sanitário São Caetano Valéria (DSSV), nos bairros de : Pirajá, São Caetano, Marechal Rondon e Campinas de Pirajá. O DSSV está localizado a noroeste de Salvador, abrange os seguintes bairros: Alto da Boa Vista, Calafate, Jardim Lobato, Retiro, Alto do Bom Viver, **Campinas de Pirajá**, Largo do Retiro, San Martin, Alto do Peru, Capelinha de São Caetano, Largo do Tanque, Santa Luzia do Lobato, Baixa do Cacau, Cj. Dos Rodoviários, Loteamento Profilurb, São Bartolomeu, Baixa do Camurugipe, Fazenda Grande do Retiro, **Marechal Rondon, São Caetano**, Bentivi, Fiais, Marotinho, Sussunga, Boa Vista, São Caetano, Formiga, Para, Usiba, Bom Juá, Goméia, Parque Schindler, Valéria, Brasilgás, Jaqueira do Carneiro, **Pirajá** e Vila Leal (SESAB, 2022). Os bairros em destaque são os de domicílio das trabalhadoras e as entrevistas foram realizadas nas suas residências. O DSSV trata-se de um território homogêneo, que guarda similitudes culturais, econômicas e sócio sanitárias, o que é possível por se tratarem de bairros vizinhos. Vale destacar que a delimitação territorial foi produto da amostragem, *snowball*. A primeira entrevistada foi do bairro de São Caetano e das demais foram referenciadas dentro desse território, portanto, a delimitação do território foi produto da amostragem.³

³ “*Snowball sampling* (“bola de neve”) trata-se de um tipo de amostragem não-probabilística na qual um entrevistado é escolhido, o qual indica outro, então segue a sucessão. Ou seja, trata-se de uma cadeia de referência que se estabelece até que o objeto seja alcançado.” (COLEMAN, 1958)

Os conceitos de **diaristas**, aqui, são compreendidos como trabalhadoras que ofertam serviços eventuais entre uma a duas vezes ao longo da semana. Por sua vez, **mensalistas** seriam as trabalhadoras que, em tese, possuem vínculo empregatício, com jornada de trabalho integral ou parcial, que podem tanto residir no local de trabalho, quanto não. A escolha das duas categorias se justifica pela compreensão de que há níveis distintos de imersão no ambiente doméstico e essa distinção pode revelar diferentes nuances da relação com o alimento. Todavia, é importante salientar que era esperado que as mensalistas apresentassem uma narrativa povoada com experiências mais densas com a comida, sobretudo, se a trabalhadora residir no imóvel.

4.4 A Fase de Campo e a Produção de Dados

Os movimentos de entrada e retorno aos territórios ocorreram em 22 oportunidades, para a realização das entrevistas e para o retorno das transcrições. O início, em setembro, aconteceu em São Caetano, para a realização da *entrevista-piloto*, com o intuito de constatar alguma dificuldade na aplicação e compreensão do questionário. Verificou-se que não havia a necessidade de reformulação do roteiro.

Após a seleção dos possíveis participantes iniciais e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, iniciou-se a fase de campo para a produção de dados. A pesquisa foi iniciada com três participantes e a amostra foi sendo incrementada à medida que as entrevistas aconteciam, de modo que, na nona entrevista, já se podia identificar indícios de saturação, então a décima entrevista foi realizada a fim de comprovar o evento. Foram, portanto, 10 entrevistas na totalidade.

Após apresentação do objetivo do estudo, as participantes eram consultadas sobre a anuência na participação da pesquisa. Após o aceite, data, local e horário foram definidos para a realização das entrevistas. Na ocasião das entrevistas foi reapresentado o objetivo da pesquisa, para verificar se havia clareza quanto a esse quesito. Posteriormente, foi realizada a leitura e a explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após assinado o TCLE, uma breve

explicação sobre a composição do roteiro, seguido do início das entrevistas. Todas as entrevistas, exceto uma, foram gravadas e transcritas integralmente. A duração média foi de 50 minutos.

As entrevistas foram iniciadas com perguntas relativas a Identificação de aspectos relativos à experiência profissional e de vida, como nome, idade, sexo, cor. A pergunta norteadora desse bloco foi: “Como foi crescer em (nome do lugar) / Fale-me sobre sua história”. Assim foi até esgotar cada bloco. E caso, identificasse a necessidade de acessar algum conteúdo não abordado, uma nova questão era introduzida. Assim também, caso surgisse algum aspecto que considerasse relevante para a compreensão de uma dada situação ou mesmo do objeto, formulava uma nova questão. As entrevistas ocorreram presencialmente, com escuta sensível e alteridade, com o exercício constante de pôr em “suspensão” conhecimentos prévios acerca do assunto, aberta a compreender a singularidade e as intersecções da experiência narrada. Um processo ativo de não fazer das compressões pessoais o norte da condução e, posteriormente, interpretação dos fenômenos. Os atravessamentos ocorreram, dada a familiaridade com o objeto e diante da compreensão de que a chamada neutralidade auxiliológica absoluta é um empreendimento impossível de ser alcançado.

No geral, as entrevistas fluíram sem intercorrências e dificuldades, com exceção de uma participante, a última que apresentou um discurso pouco elaborado, com frases curtas, sem grandes detalhes, profundidade e pouco denso, mesmo quando provocada a falar. Todavia, mesmo sendo um discurso pouco denso, também contribuiu para a compreensão do objeto.

Percepções pessoais sobre a linguagem não verbal, entre outras percepções e registro, como fotografias, foram inseridos no diário de campo. Vale destacar que o diário campo, esse instrumento de pesquisa individual, contribuiu para a compreensão do campo, reflexões e análises preliminares. Ademais, também foi utilizado como instrumento para pensar a pesquisadora no processo, registrando emoções, questionamentos e outros aspectos relativos à reflexividade.

4.5 Aspectos Éticos da Pesquisa

O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia, pelo Parecer Nº 090902/2024, de 12/08/ 2024. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi redigido em linguagem simples, objetivando um melhor entendimento. Após concordância em participar da pesquisa, o Termo foi lido e detalhadamente explicado. Na oportunidade, foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, e os potenciais riscos e benefícios. Ademais, foi esclarecido o método empregado, respeitando os princípios bioéticos da pesquisa, segundo as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde no 466/2012 (BRASIL, 2012c) e no 510/2016 (BRASIL, 2016).

Foi assegurado às participantes que, diante de qualquer desconforto, independente da natureza dele, poderiam interromper a entrevista, bem como poderiam também, se fosse o desejo, retirar-se da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Como havia riscos associados à perda da confidencialidade e exposição dos dados pessoais, houve a manutenção do sigilo e da privacidade por meio da substituição dos nomes por pseudônimos, referências a heroínas negras e indígenas do Brasil. Ademais, houve a limitação de acesso dos dados aos pesquisadores, evitando a divulgação de informações que possam identificar os participantes, garantindo o anonimato. (BRASIL, 2012)

4.6 A coleta de dados

As participantes do estudo foram selecionadas a partir da técnica *amostragem por Snowball*. Foram três “informantes-chave” eleitos por conveniência e proximidade com a pesquisadora. Trata-se de um tipo de amostragem não-probabilística na qual um entrevistado é escolhido, o qual indica outro, então segue a sucessão. Ou seja, tratou-se de uma cadeia de referência que se estabelece até que o objeto seja alcançado (COLEMAN, 1958).

As entrevistas foram realizadas de setembro de 2024 até janeiro de 2025, cessadas após atingida a saturação teórica. As narrativas foram capturadas por meio do emprego de roteiro semiestruturado, no intuito de captar aspectos gerais da experiência profissional, de vida e da questão de investigação. A entrevista semiestruturada consiste em um roteiro composto por perguntas abertas e fechadas,

com predomínio de perguntas abertas, fato que permite ao entrevistado maior liberdade para falar livremente sobre as questões colocadas, e assim se deu. O uso dessa ferramenta se justifica pois se compreende que este método é válido para investigar histórias de vida, bem como contextos sócio-históricos mais amplos (BAUER & GASKELL, 2002).

Esta foi eleita como ferramenta metodológica por permitir maior flexibilidade e adaptabilidade ao roteiro entrevistas, diante da dinâmica do objeto e das narrativas. Ela contribuiu, portanto, para a maior exploração das distintas nuances da questão sob investigação. Ademais, as entrevistas foram conduzidas exclusivamente pela pós-graduanda, nos locais de preferência das entrevistadas, em suas casas. As entrevistas duraram, em média, 50 minutos. As narrativas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas, segundo os preceitos do método de análise eleito.

Após as entrevistas ocorreu a transcrição do material pela pesquisadora principal. Empregou-se a transcrição do tipo naturalista, posto que ela se propõe a preservar os detalhes da fala, as idiossincrasias, os silêncios, expressões particulares, tons de voz, considerando tanto o que foi dito, quanto como foi dito, como descreve AZEVEDO et al. (2017). Em sequência, o emprego do método de análise, baseado na Hermenêutica -Dialética, de GADAMER (1997) e tendo como instrumento a Análise de Conteúdo, descrita por Bardin.

4.7 A análise dos dados

A perspectiva que adotada foi a descrita por Laurence Bardin (1979), Análise de Conteúdo, segundo a autora, o método corresponde a um conjunto de técnicas voltadas à análise sistemática das comunicações. Seu objetivo é descrever o conteúdo das mensagens de tal forma que se possa fazer inferências acerca tanto dos modos de produção delas, quanto de suas possíveis interpretações.

Baseada na proposta, o exercício analítico foi desenhado com o estabelecimento de duas grandes propostas analíticas: primeiramente, compreender o sentido da comunicação que está na primeira camada de interpretação; e, a segunda, tentando identificar os núcleos do comunicado , como sugere a autora

(BARDIN, 1979). Essa proposta se organiza em três fases e assim se deu essa etapa da pesquisa.

Pré-análise: diz respeito à fase organizacional, na qual se desenha o esquema de trabalho de forma precisa, com procedimentos detalhados com o estabelecimento de margem flexível para alterações. Nessa fase houve a primeira leitura do material, numa interpretação geral e primária do conteúdo. Após, seleciona também os conteúdos que seriam, de fato, explorados com profundidade. Essa seguiu as seguintes regras: como a *exaustividade* (se pretende esgotar o conteúdo das comunicações, sem omissões); *representatividade* (a amostra deve ser representativa do universo); *homogeneidade* (os dados devem representar o mesmo tema, obtidos por técnicas iguais e indivíduos semelhantes); *pertinência* (o conteúdo deve guardar relação com os objetivos da pesquisa); *exclusividade* (um elemento não deve pertencer a mais de uma categoria). Aqui foram delimitadas pré-categorias analíticas individuais que, posteriormente, compuseram um esquema analítico de conjunto. Na dimensão individual, cada entrevista foi analisada no intuito de identificar situações e conceitos de interesse. Posteriormente, uma matriz do conjunto das narrativas foi elaborada com fixação das categorias preliminares. Ambos processos analíticos foram realizados utilizando o esquema matricial abaixo:

Quadro 1- Matriz de Pré -Análise

Código	Conceito/ Situação	Trecho Narrativo

Para a exploração do material foram eleitas unidades de representação, adotando os procedimentos de *codificação*, com criação de unidades de registro e *classificação semântica*. A *categorização* permitiu agrupar informações correlacionadas, considerando características como a *exclusão mútua*, portanto, cada elemento só pode estar incluso em uma categoria; a *homogeneidade*, logo, apenas uma dimensão da análise deve existir por categoria; *pertinência* quanto aos objetivos da pesquisa; *objetividade e fidelidade*, de modo que a subjetividade do pesquisador

não norteie a interpretação; *produtividade*, diz respeito à capacidade de produzir inferências relevantes. Sequencialmente, foram estabelecidos *blocos* formados a partir das categorias, em diálogo com o objeto e possíveis hipóteses. Houve também o agrupamento de categorias similares, nomeadas com a característica mais destacada. Por fim, foram desenhados esquemas matriciais de análise onde se enquadrará identificação, falas, temas, interpretação. No final desta fase foram delimitadas categorias analíticas definitivas (êmicas e éticas). Categorias êmicas dizem respeito a própria interpretação de aspectos da cultura, trata-se da visão de quem vivencia ou observa de perto um dado fenômeno. A categoria ética, por sua vez, diz respeito às compreensões de da cultura a partir do olhar do pesquisador, que usa conceitos e categorias universais na análise da realidade, segundo Rosa e Orey (2012).

Finalmente, a fase do tratamento dos resultados com o estabelecimento de *interpretação*. A interpretação dos conceitos e proposições, sendo o primeiro um sentido que emergem das falas dos entrevistados; o segundo, um enunciado geral fundamentado na análise minuciosa dos dados. Segue abaixo o esquema matricial de análise:

Quadro 2- Matriz de Análise

Código	Trecho Narrativo	Categoria Êmica	Categoria Teórica	Interpretação	Referências

Com base nessa perspectiva de análise, foram identificados os seguintes núcleos temáticos: *Trajetórias Laborais; Ser Doméstica; Violência Entrecruzadas; Narrativas do Comer; Táticas de Resistência e Horizontes Possíveis*. Com as subcategorias: *trabalho doméstico precoce, trabalho escravo, violências entrecruzadas, restos e sobras, cardápio habitual, o tempo de comer, vigilância alimentar, táticas para o alcance da SAN, dignidade alimentar e fome*.

4.8 Interpretação

A interpretação teve a hermenêutica-dialética empregada como abordagem compreensiva. Ela corresponde à junção de dois conceitos: **a hermenêutica e a dialética**. Essa compreensão está centrada nos estudos dos chamados “textos”, um conceito que se refere a narrativas, escritos, documentos, dentre outros materiais exploráveis. Ela se dedica em analisar a comunicação cotidiana, inclusive, considerando o senso comum, se apoiando em duas premissas básicas: a compreensão de que é a comunicação que define o ser humano enquanto ser histórico e finito; a sua linguagem e situada sócio historicamente e espacialmente (GADAMER, 1997).

Segundo Gadamer (1997) uma característica premente da hermenêutica é a postura de situar a fala em seu tempo e contexto, o que permite uma interpretação mais condizente com a realidade investigada. Essa perspectiva de análise está sustentada em dois pilares: a) a experiência cultural e seu potencial para gerar compartilhamento de significados e vivências; b) a compreensão de que nem todos os fenômenos sociais são de fácil reconhecimento e interpretação. Ademais, é importante salientar que o conceito de “compreensão”, central no processo hermenêutico, é tratado de forma muito particular pelo autor. Ele se refere a um processo relacional que se desenha diante, sobretudo, de um estranhamento, um processo dinâmico e passível de polissemias.

A dialética, por sua vez, dentro de uma perspectiva marxista, ocupa-se de compreender aquilo que está oculto e/ou que é controverso na linguagem e na cultura. Consiste num modo dinâmico de compreensão das relações e processos correlatos, com constante remodelamento e desenvolvimento de polaridades. Portanto, a dialética é, numa compreensão mais elementar e simplista, o estudo das contradições. Ela objetiva analisar os significados a partir do ângulo de quem os produz, bem como enaltece a dinâmica de forja dos consensos e dissensos, mesmo os desenvolvidos na relação pesquisador-interlocutores (MINAYO, 2002).

Vale mencionar que o método dialético se firma em princípios trinos, a saber: de início, as coisas constituem processos, portanto, seres humanos (isolados ou em coletivo), instituições e mesmo animais e plantas os constituem. Parte da noção de que os humanos, suas ideias e relações assumem norma forma à medida que sofrem

a ação do dinamismo interno das coisas; seguidamente, os processos estão concatenados, não há, portanto, processos isolados. Ademais, não existe uma linearidade, tampouco circularidade em tais processos, eles seriam, desta forma, helicoidais. Por fim, cada coisa ou processo alberga em si suas contradições (MINAYO, 2002).

As estratégias em voga apresentam intersecções e disjunções, compartilhando as seguintes noções: a linguagem é condicionada historicamente; não há observador imparcial; valoram a intersubjetividade na compreensão; ambas compreendem que práxis é moldada pela tradição, poder, linguagem e o trabalho. Todavia, divergem quanto a um aspecto importante: a hermenêutica enaltece o significado construído nos consensos, enquanto a dialética, parte das diferenças e oposições. A articulação entre ambas leva à compreensão de que um sujeito que vive sob uma dada realidade tente a pensar e agir como membro de um determinado grupo, coletivo que, por sua vez, tende a expressar interesses comuns (MINAYO, 2002).

6. ARTIGO I

Experiências Alimentares no Trabalho Doméstico

Resumo

A Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) é um problema estrutural no Brasil, afetando diferentes magnitudes grupos populacionais e distintas categorias laborais. O trabalho doméstico, uma das principais atividades femininas no Brasil, é uma das classes mais vulneráveis à INSAN, principalmente pela perpetuação da informalidade da negação de direitos adquiridos. Este artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa que objetiva compreender as experiências alimentares, dentro do contexto das condições de trabalho, no trabalho doméstico no município de Salvador. Através de uma pesquisa qualitativa foram acessadas dez entrevistas semiestruturadas que descortinaram narrativas sobre alimentação de mulheres que atuam ou já atuaram no trabalho doméstico, em qualquer modalidade. A análise dos dados, referenciada na Análise de Conteúdo, permitiu a identificação de quatro categorias teóricas: os restos e sobras, fome e mecanismos para acesso à alimentação e dignidade alimentar. Os resultados evidenciaram a presença de práticas segregativas de fornecimento de alimentação no trabalho doméstico, bem como a presença marcante na fome no cotidiano laboral, geralmente associado a mecanismos de resistência alimentar. Ademais, algumas experiências de alimentação digna no exercício das atividades domésticas.

Palavras-chave: dignidade alimentar, segurança alimentar e nutricional, trabalho doméstico

Food Experiences in Domestic Work

Abstract

Food and Nutrition Insecurity (FNSI) is a structural problem in Brazil, affecting different population groups and different labor categories. Domestic work, one of the main female activities in Brazil, is one of the classes most vulnerable to FNSL, mainly due to the perpetuation of informality and the denial of acquired rights. This article is a qualitative study that aims to understand food experiences, within the context of working conditions, in domestic work in the municipality of Salvador. Through qualitative research, ten semi-structured interviews were accessed which uncovered narratives about food from women who work or have worked in domestic work, in any form. The analysis of the data, based on Content Analysis, enabled the identification of four theoretical categories: leftovers, hunger, mechanisms for access to food and food dignity. The results showed the presence of segregated food supply practices in domestic work, as well as the marked presence of hunger in daily working life, generally associated with food resistance mechanisms. In addition, there were some experiences of decent food in domestic work.

Keywords: *food dignity, food and nutrition security, domestic work*

Introdução

O imperativo do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA) é central na compreensão do comer nesse contexto. O DHANA é descrito como a garantia do acesso universal à alimentação adequada e saudável. É compreendido como um direito fundamental primaz para a realização dos demais direitos (ONU, 1948). O conceito está relacionado à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que poderia ser compreendida como a concretização desse direito ou mesmo como sinônimo (FAO, 2017).

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é recorrente no cenário político brasileiro, porque, historicamente, o país possui uma grande parcela da população em algum nível de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) (BRITO; BAPTISTA, 2021). Há alguns anos o país fez um movimento pendular de entrada e posterior saída do Mapa da Fome, reflexo de decisões políticas do período. O Brasil havia saído do Mapa em 2014 e retornou em 2019 (BRASIL, 2024). Vale destacar que o país saiu dessa relação de países em 2024.

A SAN figura como a “garantia de condições de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”. (BRASIL, 1994). Vale destacar que algumas classes de trabalhadores apresentam maior vulnerabilidade à INSAN, por conta de uma conjugação de determinantes e condicionantes sociais (BEZERRA et al., 2020). As trabalhadoras domésticas representam uma dessas classes, diante da grande vulnerabilidade laboral da profissão, marcada por empregos instáveis e com vínculos frágeis (PIZZINGA, 2021).

Segundo a ONU Mulheres (2020), estima-se que há mais de 15 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, sendo cerca de 90% mulheres. No Brasil, há mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 92% mulheres, destas, 65% se declaram negras. Há cerca de 76% dessas trabalhadoras na informalidade, apresentando um rendimento mensal de cerca de R\$ 1.122,00 e aproximadamente 52% se declaram como chefes de família (DIEESE, 2024).

Trabalho doméstico, além da principal atividade do cuidado é uma das principais atividades de mulheres negras e/ou pobres no Brasil, fato explicado pela marginalização que a população negra sofreu após a Abolição, limitou suas possibilidades de ascensão social, mantendo-a em uma posição periférica, com condições sociais, econômicas e políticas semelhantes às vivenciadas durante a escravidão (MOURA, 1988).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), produzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com o DIEESE, identificou o perfil da trabalhadora doméstica da região. Segundo a pesquisa, em 2018, 60,3% das trabalhadoras possuíam idades entre 40 a 49 anos; 48,5% possuíam carteira assinada; 94,9% se declararam negras, 95,6% residiam e trabalhavam na Região Metropolitana de Salvador; 42,1% das trabalhadoras se declaram chefes de família e o regime médio de trabalho das mensalistas era de 36h semanais (DIEESE, 2019). O fato de a categoria ser numerosa, no entanto, não garantem o acesso aos direitos fundamentais, como a alimentação.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), referentes a essa categoria de trabalho, evidenciam que, dentro do contingente de trabalhadores domésticos, estão presentes, majoritariamente, as mulheres negras. Elas representam cerca de 62% das trabalhadoras (PINHEIRO et al., 2019). Este fato reforça a ideia da influência do racismo estrutural nessa categoria laboral. Somada à desigualdade racial, há a concepção de trabalho feminino enquanto produtor e reprodutor do cuidado, uma compreensão que não se extinguiu, mesmo diante das mudanças da modernidade (ARAÚJO, 2019). Ademais, há um recorte de classe específico, uma vez que se tratam de mulheres de baixa e renda e escolaridade (COUTINHO, 2019). Esse fato possibilita a delimitação de um sujeito específico como o agente do trabalho doméstico: são, sobretudo, mulheres, negras e periféricas (SORJ, 2019). Esse fato evidencia que os processos de exclusão devem ser analisados interseccionalmente, pois apenas perspectivas de gênero ou cor, por exemplo, não conseguem explicar o fenômeno da vulnerabilidade alimentar nessa categoria laboral.

Vale destacar que o trabalho doméstico no Brasil possui uma gênese bem delimitada: o período escravocrata, compondo o rol de ocupações dos sujeitos escravizados e, tal como atualmente, era uma atividade realizada por mulheres. Tratavam-se de cozinheiras, aias, mucamas, amas de leite, recepção de visitas, cuidado de crianças, dentre outras atividades ligadas à noção de cuidado (SILVA et al., 2017). Ainda dentro dessa perspectiva, ao avaliar os balanços de operações acerca do trabalho análogo à escravidão, do Ministério Público do Trabalho (MPT), fica evidente a manutenção da estrutura e lógica do trabalho escravo no trabalho doméstico atual. Verifica-se que, no conteúdo das notificações, está destacada a situação de INSAN (BRASIL, 2020). O fato indica a relação imbricada entre o trabalho doméstico e a uma espécie de saudosismo da escravatura.

Nos últimos anos a categoria conseguiu que fossem assegurados grande parte dos direitos trabalhistas que já eram previstos para as demais categorias, tais como: salário mínimo, seguro desemprego, FGTS, proibição de trabalho noturno (FRAGA; MONTICELLI, 2021). Todavia, dentro do conjunto de direitos adquiridos, o que estava determinado em relação à alimentação era a disponibilidade de tempo para realizar as refeições (BRASIL, 2015). O fornecimento da refeição para a trabalhadora era, portanto, facultativo. Somente em 2023 a alimentação passou a ser considerada um direito na categoria, mas ainda segue sem maiores definições quanto a sua materialização no plano cotidiano. Este artigo foi desenvolvido com o intuito de compreender as experiências alimentares no trabalho doméstico, analisando e discutindo tais experiências no contexto das condições de trabalho.

A Pesquisa

Esta pesquisa qualitativa foi conduzida a partir da perspectiva das Teorias Compreensivas. O trabalho de campo ocorreu entre os meses de setembro de 2024 e janeiro de 2025, utilizando entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de dados. As entrevistas, realizadas presencialmente, tiveram duração média de 50 minutos e ocorreram nos domicílios das entrevistadas. O roteiro da entrevista abrangeu quatro dimensões principais: perfil socioeconômico; perfil laboral; alimentação no trabalho e alimentação em casa.

As participantes foram informadas previamente sobre os objetivos da pesquisa e o caráter voluntário da sua participação. Foi solicitada autorização para gravação das entrevistas, com esclarecimento sobre o sigilo. O direito de interrupção das entrevistas, bem como de abandoná-la também lhes fora esclarecido e, para garantir o anonimato, as participantes foram representadas por nomes fictícios. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na íntegra. Todas as entrevistadas fizeram assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A amostra foi composta por 10 participantes naturais e residentes do município de Salvador. As entrevistadas foram recrutadas por meio da amostragem *snowball*, com a composição inicial de três informantes-chave. Foram selecionadas trabalhadoras que atuaram tanto na modalidade de diarista, quanto mensalista. Vale salientar que, para fins de pesquisa, considera-se que diaristas são trabalhadoras que prestam serviços de forma eventual, uma ou duas vezes por semana. Enquanto as mensalistas, teoricamente, possuem vínculo empregatício formal, com jornada integral ou parcial, podendo ou não residir no local de trabalho.

Das 10 participantes, duas tiveram carteira de trabalho assinada ao longo da sua vida laboral como doméstica. Todas realizaram atividades como diaristas, mensalistas e babás ao longo dos anos de atividade, com predomínio de mensalistas. O perfil etário compreendeu idades entre 21 e 65 anos, com experiências laborais entre 3 a 40 anos de serviço. O grupo foi composto, quase que em sua totalidade, por mulheres que se declaram negras, com exceção de uma participante, que se identifica como indígena. Os níveis de escolaridade vão do fundamental ao superior incompleto, com predomínio do ensino médio. Quanto à composição familiar, duas são casadas e seis são mães, sendo que duas são mães solo. Das dez entrevistadas, apenas duas ainda seguem no trabalho doméstico, ambas mensalistas. Além do trabalho doméstico, duas realizam outras atividades, ambas como transcritas. Nenhuma delas é ou foi sindicalizada.

Para a análise dos dados empregou a Análise de Conteúdo como método, uma técnica de tratamento de dados qualitativos. A perspectiva adotada foi a descrita por Laurence Bardin (1979), a qual corresponde a um conjunto de técnicas voltadas à análise sistemática das comunicações. A análise seguiu as três etapas propostas pela autora:

Pré-análise, quando se realizou uma leitura flutuante geral do material transcrito, com identificação primária e abrangente dos núcleos de sentido.

Em sequência, na fase de exploração do material, foram definidas as unidades de representação, adotando os procedimentos de codificação, com criação de unidades de registro e classificação semântica das narrativas, categorizando e agrupando informações correlacionadas. Sequencialmente, ainda nessa etapa, se estabeleceu blocos formados a partir das categorias, em diálogo com o objeto. Por fim, desenhado um esquema matricial composto por temas, falas e a interpretação. Após a avaliação extensa dos trechos selecionados, se estabeleceu categorias definitivas com base na complementariedade e similaridade dos termos, experiências e conteúdos gerais de cada pré-categoria, constituindo os núcleos de sentido definitivos.

Por fim, a etapa do tratamento dos resultados, que diz respeito ao estabelecimento de inferência e a interpretação. A interpretação considerou a frequência e sentido narrativo de conceitos e proposições, sendo o primeiro um sentido que emergem das falas dos entrevistados; o segundo, um enunciado geral fundamentado na análise minuciosa dos dados.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia, sob o Parecer Nº 090902/2024, de 12/08/2024, tendo cumprido todas as resoluções.

Resultados e Discussões

As Trabalhadoras

O objetivo deste estudo foi compreender as experiências alimentares, dentro das condições de trabalho, das trabalhadoras domésticas no município de Salvador. Para isso, entrevistou-se 10 trabalhadoras domésticas, 9 eram negras e uma indígena; na faixa etária entre 21 e 65 anos; com predomínio de maiores de 40 anos; com escolaridade que variou do ensino fundamental ao superior incompleto, sendo mais frequente o ensino médio. Observou-se rendas inferiores ao salário mínimo e apenas duas tiveram carteira trabalho assinada. De acordo com a estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2023, o perfil sociodemográfico hegemônico no trabalho doméstico no Brasil são mulheres (92%), sobretudo, negras (66%), com idade entre 45 e 59 anos (42%) e escolaridade inferior ao ensino médio completo (63%). Ainda sobre esse aspecto, Teixeira (2021) afirma que não é possível compreender o trabalho doméstico apenas considerando gênero, expressa na clássica divisão sexual do trabalho, posto que se trata de um exercício de compreensão reducionista. É, portanto, necessária uma abordagem interseccional. Para Crenshaw (2002, p. 177), a pesquisadora que cunhou o termo, ele diz respeito a:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (...)”

Esses dados evidenciam que a conjunção de raça, classe e gênero estabelecem um perfil de doméstica, fato que foi observado no núcleo de trabalhadoras entrevistadas. Tem-se, portanto, um perfil de trabalhadoras mulheres negras, com idade mais elevada, com vínculos empregatícios informais e com renda inferior a um salário mínimo.

As categorias de análise

As categorias foram determinadas a partir da extensa leitura e análise das entrevistas, fundamentadas no referencial teórico, delimitando os seguintes núcleos de sentido: os restos e sobras, fome e mecanismos de resistência e dignidade alimentar.

Os Restos e as Sobras

A análise das narrativas do comer no trabalho doméstico revela uma miríade de situações que enquadrariam o comer no trabalho doméstico como desumano, tomando como referência a noção de DHANA. Segundo a Organização das Nações

Unidas para a Agricultura e Alimentação, um comer digno é uma experiência alimentar apoiada em dois pressupostos: a garantia de disponibilidade de alimentos considerados de qualidade e a garantia do acesso à quantidade suficiente de alimentos capazes de satisfazer as demandas nutricionais (FAO; OMS, 2024).

Diametralmente opostos aos pressupostos supracitados, as falas revelam a onipresença dos chamados restos e sobras na experiência alimentar das trabalhadoras entrevistadas, aqui retratados como sinônimos, os quais surgem, em grande parte das situações, como a única possibilidade de alimentação no trabalho em algum momento da vida laboral. Sobre o conceito, para Porpino, Parente & Wansink (2015, p. 621), restos são definidos como:

“Comida dormida”, e o consumo deles é muitas vezes considerado uma prática que aproxima as famílias do estado de pobreza ou é visto como hábito “mesquinho”.

Esclarecida a noção basilar de resto, as narrativas apontam para a existência de duas categorias: os restos da mesa, aquilo que a família não consumiu durante a refeição; e os restos do consumo semanal, como uma espécie de produto de reciclagem alimentar, sobretudo, as provisões armazenadas na refrigeração. Sobre esse fenômeno, em específico, os restos da mesa, Maria Firmina relata:

“Chegavam duas e meia para almoçar, ficavam conversando na mesa, comiam tudo e as sobras, os restos é o que eu tinha que me alimentar.”

Dandara traz uma fala que corrobora com a narrativa acima:

“Botar na mesa para depois vir. Quando vinha, era um pouquinho.”

Bárbara, por sua vez, ilustra um caso do segundo tipo, as sobras da geladeira, trazendo a seguinte narrativa:

“(…) eu lembro claramente que quando a gente chegava, a gente comia um pouco de cada coisa, as sobras do que tinha na geladeira, reciclagem.”

Maria Felipa traz relato sobre um evento da mesma natureza:

“E a maioria das vezes, era a comida que já tinha três, quatro, sete dias, que estava congelada, e a gente requentava e almoçava. Não tinha almoço, quando a menina foi descongelar,

só tinha uma vasilhinha de margarina de 250 gramas de feijão preto, me lembro como hoje, estava congeladíssimo, porque havia vários dias no congelador. Aí ela disse: “só tem isso para a gente almoçar.” Foi o que a gente descongelou e a gente dividiu, eu, ela e as duas meninas. Foi o que a gente almoçou.”

Os aludidos “restos” podem figurar como despojo, portanto, semanticamente próximos à noção de lixo, sobretudo, quando o alimento selecionado poderia ser facilmente destinado ao descarte. Desta forma, a explicitada descartabilidade do alimento assinala, simbólica e materialmente, tanto o caráter do alimento, quanto sinaliza para o possível ideário dos patrões sobre o “ser doméstica”. Logo, ofertar os restos às trabalhadoras representa uma postura ativa de supressão da dignidade humana, materializada e mediada através da alimentação, mas também ratifica preconceitos antigos ainda cunhados na imaginação burguesa: a compreensão da trabalhadora como um ser sub humano, a quem, portanto, deveria ser destinada uma sub alimentação.

Sobre esse aspecto, vale destacar que no período pós- escravidão imediato, bem como no início do século XX, uma série de publicações destinadas à sanidade do lar traziam orientações sobre a dieta da trabalhadora doméstica. O conteúdo das prescrições abrigava o estereótipo da trabalhadora como uma ameaça generalizada à integridade do lar, uma vez que seu caráter, e seu corpo, eram considerados degenerados pela concepção eugênica da época (COSTA, 1998). À essa suposta ameaça, no intuito de salvaguardar o domínio doméstico, a forja de um cardápio distinto, impedindo que seu gosto não fosse, supostamente, refinado, de modo que passasse a desejar e exigir a alimentação similar a dos patrões (RONCADOR, 2003).

Via de regra, os restos e sobras estavam associados ao uso de utensílios distintos (pratos, copos, talheres e vasilhames), como narra Jaqueline:

“Nessa casa tinha o prato e o copo das empregadas. Aquela xícara marrom, feia. Achei muito estranho. O povo mais rico não tem isso, pelo menos, os que trabalhei.”

No estudo de Teixeira (2020), quando avaliados os discursos de classe dos patrões, verifica-se a existência da necessidade de delimitações entre elementos que seriam do mundo da trabalhadora e os do mundo dos empregadores. A comida surge como um desses elementos, tendo a classe como principal categorizador de como

que fica explícita a divisão “comida de rico” e “comida de pobre” e, dentro dessa lógica, a trabalhadora, enquanto mulher pobre, teria subtraído o direito de escolha alimentar. Ainda sobre a distinção dos utensílios, Maria Firmina traz:

“Ela disse, “ah, porque se a dona vê você tomando café ainda nessa xícara, porque aqui a gente toma no copo descartável.” Você tem que pegar um pão, você tem que ficar com o pão na mão, você não pode colocar no prato. E se for no prato, tem que ser no prato descartável. Se é uma coisa que você usa, depois você lava, por que tem essa separação? “

A situação trazida por Maria Firmina ainda pode ser compreendida como um ato segregativo, possivelmente alicerçado na noção de ameaça à saúde representada pela trabalhadora. A explanação continua com Tereza:

“Então, botava ali, meus copos eram separados, o prato separado.”

A dieta e os utensílios, delimitados e selecionados pela lógica da ameaça, pressupõem a demarcação dos lugares da doméstica no lar, da sua forma de ser e de existir naquele espaço. Abrindo espaço para o estabelecimento de mecanismos de vigilância da trabalhadora, a instituição de uma espécie de panóptico domiciliar, com expressão numa “postura-sentinela” por parte dos empregadores. Sobre isso, Maria Felipa traz:

“Eu saía de casa, comia o café, durante... Não me ofereciam o lanche, porque ela ficava em casa. Então, ela ficava sentada numa cadeira virada para a cozinha (...)”

Tereza acrescenta:

“Aí ela chegou, eu acredito que ela tenha contado (os biscoitos), então ela viu que o biscoito estava um pouco a mais, e aí, quando foi no dia seguinte, ela perguntou. Aí eu disse: foi André que comeu o biscoito. Aí eu comecei a entender que ela contava os biscoitos no pote.”

A noção de panóptico domiciliar aqui apresentada compreende o lar como espaço onde se processa a disciplina alimentar por meio da vigilância presente ou ausência. O panóptico domiciliar por vigilância presente se daria por meio da presença física dos empregados e seus subterfúgios de supervisão do comportamento alimentar, como ilustra a situação vivenciada por Tereza, quando a empregadora

posicionava a cadeira na porta da cozinha. Já o panóptico domiciliar de vigilância por ausência diz respeito à obediência e disciplina mesmo na ausência física dos empregadores, autovigilância:

“Não tinha merenda, porque nos armários eles não deixavam biscoito, não deixavam nada pra gente comer e também eles não davam autoridade de a gente mexer” (Maria Felipa).

A ideia de panóptico domiciliar dialoga com a definição de panóptico cunhada por Foucault (1978), no entanto, diferem quanto às esferas e sujeitos de abrangência, posto que trata da esfera doméstica e não de espaços e sujeitos em coletividade. Sobre panóptico, Foucault (1978) define como um paradigma disciplinar para controle dos indivíduos através de mecanismo de vigilância, tendo como principal objetivo a disciplina por meio da autorregulação, muito presente em hospitais, escolas e prisões. No “Guia de Higiene para o Lar”, publicado no final do século XIX, também destino às camadas médias, o autor ilustra como o domínio familiar também pode ser convertido em panóptico: Sobre isso, Sylvino Junior (1894) orienta:

V. Ex., que é dotada naturalmente de um espírito fino e tem pela vossa casa o amor arraigado que tem por tudo quanto se possui e governa, não se confiará na boa-vontade de uma pessoa a quem não conhece. Portanto a V. Ex. visitará por imperiosa necessidade, e durante várias vezes ao dia, a cozinha, tendo ocasião de a fiscalizar.

Publicações da mesma natureza, como “O Lar Doméstico”, de Claser (1917), evidenciam como o ideário burguês foi moldado circunscrevendo a trabalhadora à ideia de ameaça à integridade do lar, a qual necessitaria de constante vigilância. Essa premissa permitiu a conversão da casa e, sobretudo, da cozinha, em espaço de supervisão, uma noção que parece ainda existir no imaginário das camadas médias e moldar a conformação das condições de trabalho.

Fome e Mecanismo de Resistência

A fome é definida, tecnicamente, como “uma sensação desconfortável ou dolorosa causada por energia insuficiente da dieta”. A “fome”, por sua vez, pode ser compreendida como sinônimo de desnutrição crônica, um conceito intimamente ligado à pobreza. Seria um elemento da insegurança alimentar grave (OMS, 2014). Em “A

Agonia da Fome”, um estudo etnográfico realizado em um bairro popular de Salvador, a autora trata a fome como um produto das diferenças socioeconômicas e políticas e emergiram categorias de compreensão relativas à dimensão simbólica da experiência e relatos sobre o poder esmagador da fome (FREITAS, 2003). Há, portanto, uma profusão de conceitos, como fome oculta, fome aguda, fome crônica, o que revela o caráter polissêmico do vocábulo, que vão desde definições técnicas e políticas à noções de caráter subjetivo da experiência. Mas uma compressão poderia ser considerada transversal, a da fome como uma violência, posto que fere um direito humano basilar: a alimentação.

Nas falas, a fome surge universal, posto que é comum a todas as experiências. O vocábulo é empregado tanto para referenciar experiências de fome aguda, crônica, em diálogo com os conceitos descritos pela OMS. A fala de Sônia ilustra um exemplo de Insegurança Alimentar Moderada, situação quando existe redução do consumo entre os adultos, de modo que não se comprometa a segurança alimentar das crianças (OMS):

“Não levava para ter mais em casa para os filhos.”

A fome também surge como a manifestação de respostas fisiológicas agudas, como é o caso relatado por Tereza:

“Eu já estava com o estômago já doendo, de fome. E aí comecei a ficar tonta, sentei no chão da cozinha, e aí eu disse, aí fiquei lá sentada passando mal, doeu no estômago, doeu no estômago, aquela dor (...). Eles lá batendo papo e aí ela me chamou para pegar, não sei se foi um copo, alguma xícara, alguma coisa, e eu não respondi porque eu não aguentava nem falar.”

Mas Maria Felipa ainda traz à tona outra compreensão, a da fome simbólica e estabelece uma alusão:

“Quando você vê a cara da fome, você dê comida a alguém. Porque a dor da fome, a cara da fome é triste. É muito feia, é você estar se sentindo num lugar escuro, procurando uma iluminação e não achar, é a dor da fome. É um lugar escuro e vazio (...).”

O PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) pode ser lembrado como exemplo concretização do direito à alimentação, cujo objetivo principal é promover a saúde trabalhadores de baixa renda por meio da alimentação. O Programa foi criado na década de 1970 para atender às necessidades alimentares e nutricionais de trabalhadores de baixa renda a previsão de acesso direto à alimentação ou por meio de cestas básicas, cartões ou *vouchers* alimentação. Todavia, os parâmetros do PAT não criam as possibilidades de cobertura das trabalhadoras domésticas, posto que está voltado para os trabalhadores formais, vinculados às empresas (BRASIL, 2002). Trata-se, portanto, de um programa destinado às coletividades, o que dificulta adaptá-lo ao serviço doméstico.

As dificuldades de acesso impostas pela realidade criam espaço para o estabelecimento de sororidade, com o intuito de preencher as lacunas alimentares e possíveis intercorrências advindas da ausência do alimento, como narra Bárbara:

“(...) a doméstica do apartamento de cima, ela colocava a comida no elevador pra minha mãe, porque ela sabia que na casa da patroa não tinha nada pra comer.”

Tereza também ilustra um outro exemplo de situação que configura sororidade inter- trabalhadoras para superação da INSAN:

“Peguei um pão, né, enrolei. A minha era casa e a dela era primeiro andar...enrolei o pão e joguei para ela da varanda, para comer, que ela disse que estava com fome. Aí a partir desse dia eu comecei a levar um biscoito, pão, que eu sabia que se ela chegasse da janela e me gritasse eu teria que ter alguma coisa, eu não poderia pegar do meu patrão, que não me dava permissão, mas eu levava o meu e dividia com ela. E aí eu jogava da garagem e ela comia o pão...ela comia que ela nem entrava. Ela comia (...)”

Desrespeitos à cultura alimentar também surgem, como a imposição de uma dieta vegetariana compulsória, que também se associa à fome, experienciada por Sônia:

“Eu comia...era o que tinha, porque eles eram vegetarianos da igreja adventista. Às vezes eu saía com fome do trabalho, mas não dizia nada, para não dizer que eu ia lá só para comer (...)”

Nessa situação, o mecanismo que Sonia encontrou para sanar a fome foi aumentar o consumo de farinha:

“Tinha que comer muita farinha, farinha de mandioca.”

Outra estratégia adotada foi aumentar o consumo de água no intuito de alívio da fome aguda, como traz Tereza:

“E aí, durante a semana, a gente bebia água, o dia todo bebendo água, bebendo água (...)”

Outro aspecto que merece menção é a disposição das porções das refeições, que diz respeito ao dimensionamento das preparações e a eleição, por parte dos padrões, dos gêneros que iriam compor a refeição da trabalhadora. Sobre o conceito de porção, o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) o define como:

“A quantidade de alimento em sua forma usual de consumo expressa em medidas caseiras, unidade ou forma de consumo, considerando também a quantidade média do alimento que deve ser usualmente consumida por pessoas saudáveis, para compor uma alimentação saudável.”

Sobre a disposição das porções, traz Maria Felipa:

“Quando era meio dia, ela pegava aquela comida do dia anterior, fazia um prato de pedreiro, do tamanho que eu ficava abismada de como eu conseguia comer aquela quantidade de comida.”

Maria Felipa ainda aciona outras experiências à sua narrativa:

“Eles não botam quatro bifês, não. Então, todos esses lugares que eu trabalhava, em alguns lugares, eles tinham a quantidade da proteína.” Coloca três coxas, três pedaços de bife, o da empregada não incluía. Então, muitas das vezes eu comia só o arroz, com feijão, às vezes não sobrava o arroz, era só o feijão com a farinha. Suco era uma coisa muito difícil, uma raridade de você tomar um suco, eles ofereciam um suco, era muito difícil.”

Predominantemente, alimentos como fontes de proteínas de alto valor biológico, frutas e verduras eram suprimidos:

“Ela servia minha comida colocado o que ela queria, a quantidade que ela queria. Quase não vinha carne, principalmente” (Jaqueline).

A disposição das porções, nesses casos, se configura como uma postura produtora de INSAN, posto que ignora as necessidades nutricionais e alimentares individuais, sobretudo, quando há a supressão de grupos alimentares, como as carnes. Além disso, o acesso também foi comprometido por proibições, seja elas expressas ou frutos de acordos velados, não ditos, firmados através do olhar:

“Ela separava, eu não podia comer o leite em pós, as bananas também não, porque eram de João. O kiwi era de Clarinha. Ela mesma disse: “não pode comer...” Se não podia comer isso, imagina as outras coisas, então eu não comia as frutas. E pelo olhar eu já sabia que não podia mexer “(Jaqueline).

É importante destacar que essas experiências deixaram marcas emocionais que moldaram os hábitos alimentar atuais, como revelam as narrativas das interlocutoras, como traz Tereza:

“Era aquele copo de extrato, que na minha casa não entra por nada, eu nem compro ele, porque eu tenho pavor àquele copo de extrato. Tomei pavor. Aqueles pratos ‘Durablex’, tenho pavor a ele também.”

O provisionamento também surge como estratégia de autocuidado no contexto de insegurança alimentar.

“E até hoje, se eu precisar de fazer uma faxina em algum lugar, eu já passo minha marmitta. Porque eu não sei o que eu vou encontrar lá, entendeu? Então eu levo, se chegar lá e você me oferecer, bom, se não, eu tenho a minha” (Stella).

“(...) eu preferia levar de casa mesmo, o almoço. Quando não dava, levava biscoito, levava fruta, levava um suco, e aí comia até o horário de eu vir para casa” (Tereza).

Dandara ainda estabelece juízo de valor sobre a inércia dos patrões diante da necessidade alimentar e a estratégia de lavar as provisões de casa:

“Ainda você pega, tem que levar de sua casa, tirar da alimentação de algum filho seu, para levar para o seu trabalho, para você comer, sendo que no seu trabalho tem tudo. Não. Eu acho isso uma falta de compreensão dos patrões.”

Diante da categorização imposta pelos padrões: comida de patrão, comida de empregado, Maria Firmina desenvolveu a seguinte estratégia:

“Porque quando eu cheguei lá, ela disse pra mim, ela me apresentou um saco de laranja, como se eu não tivesse conhecido. Essas laranjas aqui, é pra fazer o meu suco de Luizinho e o de Luiz. São 16 laranjas que dão uma jarra e esse suco de pacote, de saquinho é o seu. Então eu já fiquei muito incomodada, porque é uma coisa que eu nunca vivi nos meus trabalhos. Também, na minha casa, eu sempre conheci laranja, fruta, suco. Então, para uma pessoa, isso é muito difícil.”

Os mecanismos de resistência e colaboração são uma expressão da potência da classe, e também feminina que, em condição de adversidade, organiza-se e supera as adversidades alimentares colocadas nas condições de trabalho. O imperativo “resistir” parece compor a tônica das posturas das entrevistadas diante da insegurança alimentar.

A fome surgiu como experiência diversa, ela surge como manifestação aguda, como produto de dieta habitual restrita, produzindo máculas físicas e emocionais, fruto de relações de trabalho subalternizantes. Fenômeno que não fora vivenciado com apatia e inércia por parte das trabalhadoras que, dentro de suas conjunturas, criaram formas de resistir à fome. Portanto, em quase todas as situações, guardadas as especificidades e possibilidades de cada caso, formas de resistência foram empregadas.

As estratégias mencionadas existem por conta da ausência da efetiva proteção normativa, uma vez que há a previsão do direito à alimentação, mas sem real concretização. Vale destacar que as políticas de SAN existentes atualmente não contemplam a categoria, como o citado PAT, mesmo após sua atualização, esta cobertura continua inexistindo, diante das especificidades do Programa que não permitem sua universalização (BRASIL, 2024). Ademais, outras categorias de trabalhadores dispõem de dispositivos legais que garantam o acesso à alimentação, tanto de forma direta, como por meio de auxílios. Um exemplo é o que ocorre no funcionalismo público, acerca disso, o disposto na Lei nº 8.460 dispõe:

“O auxílio-alimentação será concedido a todos os servidores civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica

e fundacional, independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo.”

Mesmo diante da garantia legal alcançada, com a definição da alimentação como um direito da categoria, com a inclusão da alimentação no rol de direitos da categoria (BRASIL, 1988) a alimentação ainda não está presente nas políticas alimentares do país, o que evidencia uma notória discriminação da categoria com relação ao desenho de políticas públicas, relativas à alimentação.

O poder simbólico, portanto, parece contribuir para tornar distante a conquista jurídica, se perpetuando no trabalho doméstico, desde a escravatura, ainda abriga características que configuram barreiras para a materialização de direitos. Para Rangel (2010), existe uma espécie de segregação jurídica da trabalhadora doméstica e essa postura distinta do judiciário estaria fortemente alicerçada na herança da escravidão.

Esse poder se mantém sustentado na ideia de relativa proximidade e de um suposto respeito manifesto através da oferta de doações (BARBOSA; IASINIEWICZ; BÜTTOW, 2019). Vale lembrar que para Bourdieu (1998), poder simbólico é uma modalidade de poder construído nas relações, cujos produtos estruturando o alicerce da dominação.

Nesse caso, a dominação no trabalho doméstico, compromete o alcance da dignidade por parte da categoria em sentido amplo, inclusive, no que tange à alimentação.

Dignidade Alimentar

Por fim, a categoria que abriga um “horizonte de esperança” emergiu de algumas narrativas. Tratam-se de experiências restritas, e quase todas as trabalhadoras tiveram ao menos uma delas ao longo da história laboral. Nessas situações, tanto a alimentação, quanto outros aspectos das relações e condições de trabalho foram respeitados, contribuindo para o alcance da chamada dignidade alimentar. Sobre isso, Jaqueline enumera os gêneros que consumia habitualmente no trabalho e ressalta o cuidado por parte dos seus empregadores:

“Eu podia comer de tudo, queijos, carnes, não tinha restrição. Às vezes eu passava da hora de comer, fazendo as coisas e o desembargador vinha: “menina, vá comer”; ou então me perguntavam: “Jaqueline, você tá com fome?” E trazia comida. A gente comia tudo o que eles comiam (...)”

Zeferina traz:

“(...) era tudo a mesma coisa. Se ele comia frango, eu comia frango. Se ele comia feijão, eu comia feijão.”

Dandara traz na sua narrativa a noção de direito e o impacto da sua experiência de comer com liberdade:

“Eu tinha o direito de comer tudo, qualquer hora do dia, nos meus 19 anos. É tanto que eu engordei 11 quilos.”

Vale destacar quem, na ocasião das refeições, não somente os pratos eram compartilhados, mas o espaço também, posto que faziam as refeições na mesma mesa. O horizonte de esperança, portanto, lançado por essa categoria aponta para uma possibilidade de comer que respeite o DHANA, contribuindo para reconfigurar a experiência alimentar no trabalho doméstico, com o alcance do comer digno. Uma alimentação digna, todavia, passa pela modificação do imaginário dos patrões, das relações de trabalho e pelo respeito das garantias legais da categoria.

É importante salientar que a alimentação compõe tanto o espectro de direitos do cidadão, conforme art. 6º da Constituição Federal/88, quanto o dos trabalhadores, segundo o art. 7ª da CF/88, embora este último somente tenha sido reconhecido em 2023 (BRASIL, 1988). Mesmo diante da previsão - recente - desse direito, a não materialização da alimentação expressa uma dupla negação: a como cidadãs e como classe trabalhadora, uma vez que o acesso inexistente ou se dá por meio de práticas que violam a dignidade das trabalhadoras. A vulnerabilidade jurídica na qual se encontram essas trabalhadoras aponta para um “projeto de apagamento normatizado” e esse direito segue, portanto, raro no plano cotidiano do trabalho doméstico.

Conclusão

O Brasil tem na INSAN um problema estrutural. A cronicidade do problema vulnerabiliza grupos populacionais e categorias específicas de trabalhadores. O

trabalho doméstico representa uma das principais atividades femininas tanto no Brasil, representa uma das categorias vulneráveis à INSAN. Esta pesquisa objetivou compreender as experiências alimentares, dentro das condições do trabalho doméstico, do município de Salvador.

Os resultados dessa pesquisa revelam as seguintes categorias temáticas: os restos e sobras, fome e mecanismos de resistência e dignidade alimentar. A primeira categoria traz como principais expressões dois fenômenos: a oferta de “restos ou sobras”, categorizados como os restos da mesa e os restos da semana; e o panóptico domiciliar, um mecanismo de vigilância alimentar.

A segunda, a fome, como experiência transversal a todos os relatos. A fome surgiu com várias facetas: ora como a ausência plena do alimento; ora como sinônimo de insegurança alimentar leve e moderada; surgiu também como manifestação fisiológica aguda, como o mal estar, mas também aparece como metáfora para um tipo particular de sofrimento: a dor da fome.

Mecanismo de superação da INSAN, posturas calcadas na sororidade e cooperação, no intuito de garantir a segurança alimentar de colegas de ofício. As táticas compreenderam práticas como: aumento do consumo hídrico, para alívio imediato da fome; elevação da ingestão de farinha, no intuito de aumentar a saciedade; houve também a prática do provisionamento, garantindo o consumo de alimentos ao longo de toda a jornada laboral. Além das estratégias de fornecimento de refeições de forma furtiva, de um domicílio para o outro, por meio do elevador.

Por fim, histórias de respeito à dignidade alimentar, também comum a quase todos os casos. Essas experiências tem no seu cerne a lógica da não distinção da “comida de empregada” e a “comida do patrão”, com permissão do acesso a gêneros diversos. Além disso, a não destinação de um lugar específico comer, também esteve presente. Todavia, vale destacar que se trataram de experiências isoladas, mas, de toda forma, figuram como um horizonte de esperança dentro do cenário apresentado.

Este estudo evidenciou que a alimentação no trabalho doméstico carece de dignidade alimentar. As experiências apresentadas, podem ser resumidas em vivências de privação de acesso, vigilância e violência. Resquícios de um passado escravocrata que ainda define a direção das relações de trabalho, comprometendo a

experiência alimentar. Enquanto a previsão legal da alimentação como direito ainda é efetivada, as trabalhadoras seguem com mais um direito solapado, comprometendo sua saúde geral e sua dignidade. Todavia, encaram as conjunturas supracitadas com uma postura ativa, tateando formas de resistir ao comer indigno no ambiente laboral, desenhando estratégias individuais e coletivas para o alcance da dignidade alimentar.

REFERÊNCIAS

1. ACCIARI, L; PINTO, T. Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico. Rio de Janeiro: **Estudos Avançados**, 2020.
2. AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo : **Pólen**, 2019.
3. ALMEIDA, S.L. Racismo estrutural. São Paulo: **Pólen**, 2019.
4. ALMEIDA, J. L. Livro das noivas. 4ª. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Francisco Alves; Paulo de Azevedo e Cia., 1926. [1ª. ed.: 1896].
5. ARAÚJO et al. Trabalho doméstico e cuidado: Um campo de debate. São Paulo: **Revista Tempo Social**, 2021.
6. ÁVILA, M.B; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020.
7. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Portugal: **Edição 70**, 1979.
8. BARBOSA, A. M.S; IASINIEWICZ, G; BUTTOW, M. Trabalho doméstico: entre o poder simbólico patronal e aluta por reconhecimento jurídico. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo: setembro/dezembro, 2019.
9. BENEVIDES, L.T; CRUZ et al. *Negociação coletiva no trabalho doméstico no Brasil: o caso da convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo*. Brasília: IPEA, 2021
10. BRASIL. Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: **Conselho Nacional de Segurança Alimentar**, 1994.
11. BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria nº. 03, de 01 de março de 2002. Baixa instruções sobre a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/Empregador/pat/Legislacao/conteudo/portaria03.asp>>:
Acesso em 25 de setembro 2023.
12. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2023.
13. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Informações Gerais. Brasília: TEM, 2022. Disponível em:<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf#7>. Acessado em 30 de jan. de 2025.

14. BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 2015. Contrato do trabalho doméstico. Brasília: **MET**, 2015. Disponível em :< [https:// www.planalto.gov.br /ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>: Acessado em: 10 de junho de 2025.
15. BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Cartilha Direitos da Trabalhadora Doméstica. Brasília: MPT, 2021.
16. BRASIL. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2012. Disponível em: .< https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html> Acesso em: 10 jan. 2025.
17. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: MS; 2014.
18. BEZERRA et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Natal: **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020.
19. BRITO, F.R.S.S; BATISTA, T.W.F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. Rio de Janeiro: **Cad. Saúde Pública**, 2021.
20. BORTOLETTI, Flávia; MEORIM FERREIRA DE LUCCA E CASTRO, Marília; BUGALHO, Andreia. Trabalho doméstico escravo: da origem aos dias atuais. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 9, p. 941–959, 2022. Disponível em: <<https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2556>>. Acesso em: 10 de jan. 2025.
21. BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A Saúde e seus Determinantes Sociais**. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
22. CLESER, V. O lar doméstico: conselhos para boa direcção de uma casa. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
23. CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. *The University of Chicago Legal Forum*. 1989.
24. CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, 2002.
25. COSTA, S. *Eugenia e controle social: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: **Editores Fiocruz**, 1998.

26. COSTA et al. Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil. Florianópolis: **R. Katál**, 2022.
27. DEWEY, J. Como pensamos. Companhia Editora Nacional, 1959.
28. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE).. O trabalho doméstico: 10 anos da PEC das domésticas (2023). Disponível em:
<<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.html>>. Acesso em: 12 jan. 2025.
29. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio. São Paulo, 2024. Disponível em:
<<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico/2.html>>. Acesso em: 08 de fev. 2025.
30. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Trabalho Doméstico. Disponível em:<
<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>>. Acessado em 11 de fev. 2025.
31. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE).. O emprego doméstico na região metropolitana de Salvador (2019). Disponível em :<
<https://www.PINHEIRO.org.br/analiseped/2019/2019empreDomSSA.html>>. Acessado em 04 de jan. 2025.
32. DIAS, L.O.; ALMEIDA, L.I. EU EMPREGADA DOMÉSTICA: HERANÇAS, RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL. **TESSITURAS / Revista de Antropologia e Arqueologia**: Pelotas, 2021
33. COUTINHO, M. C., MADERS, T. R., TRINDADE, C., & SAVANHAGO, L. “Acho que homem. não é para ele essa profissão”: Contrapontos de gênero no trabalho doméstico. **Psicologia Argumento**, 2019.
34. COLEMAN, J.S *Snowball sampling. Problems and techniques of chain referral sampling*. **Human organization**, 1958.
35. FERRI, Renata de Lima; KALSING, Luciane. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos

sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 143, p. 27-47, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN/>. Acesso em: 08 de já. 2025.

36. FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. *Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023. Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano*. Roma: **FAO**, 2023. Disponível em: < <http://doi.org/10.4060/cc6550es>>. Acesso em 11 de jan. 2025.
37. FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Global Strategic Framework for Food Security and Nutrition (GSF). Roma: FAO. Disponível em: < <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6f4569fa-44d7-49ef-80f86dbefba76bfe/content#:~:text=Food%20security%20exists%20when%20all,an%20active%20and%20healthy%20life>> Acesso em 04 fev. 2025.
38. FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe*. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7403p.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.
39. FRAGA, A.B. MONTICELLI, T.A. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, 2021.
40. FREITAS, M.S. *Agonia da Fome*. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**; Salvador: EDUFBA, 2003.
41. GALON, T; OLIVEIRA, N.K.G. Trabalho doméstico análogo à escravidão durante a pandemia de COVID-19: reportagens sobre as vidas invisíveis de 'dentro de casa'. **In Revista**: São Paulo, 2023.
42. GUILHERME RC et al. *Alimentação do Trabalhador: uma avaliação em indústrias no nordeste do Brasil*. Porto Alegre: *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020.
43. MANIGLIA, E. *As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar*. **Editora UNESP**: São Paulo, 2009.
44. MARQUESE, R.B. *A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do brasil império, 1830-1847*. São Paulo: **Revista de História**, 1997.
45. MOURÃO et al. *Patrão é patrão, empregado é empregado”: identidade profissional de domésticas*. Rio de Janeiro: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2022.

46. MOURA, Clóvis. *Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Mercado de Trabalho*. Rev. São Paulo em Perspectiva, 1988.
47. ONU MULHERES BRASIL. *Trabalhadoras domésticas fazem campanha por direitos durante a pandemia Covid-19 e articulam apoio da cooperação internacional*. **ONU MULHERES BRASIL**, 2020. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-fazem-campanha-por-direitos-durante-a-pandemia-covid-19-e-articulam-apoio-da-cooperacao-internacional/>>. Acesso em: 03 jan. 2025.
48. PORPINO, G.; PARENTE, J.; WANSINK, B. *Food waste paradox: antecedents of food disposal in low-income households*. **International Journal of Consumer Studies**, 2015
49. PRETA-RARA. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: **Letramento**, 2019.
50. PINHEIRO, Luana et alii. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI. Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua*. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2019.
51. PIZZINGA, V.H. *Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas*. Rio de Janeiro: **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, 2021.
52. RAMOS, José; PEIRÓ, José María; RIPOLL, Pere. **Condiciones de trabajo y clima laboral**. In: PEIRÓ, José María; PRIETO, Francisco (Orgs.). **Tratado de psicología del trabajo**. v. 1. Madrid: *Síntesis Psicología*, 2002. p. 37-91.
53. RANGEL, H. M. V. A. *A discriminação sócio jurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial*. Jus Navigandi 23, 2010. Retrieved January 28, 2016. Disponível em :<<https://jus.com.br/artigos/14215/a-discriminacao-sociojuridica-a-empregada-domestica-na-sociedade-brasileiracontemporanea>>. Acessado em: 06 fev.2025.
54. ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. *O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética*. **Educação e Pesquisa**: São Paulo, 2012.
55. RONCADOR, S. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: **Editores Unb**, 2008.
56. SILVA et al. *O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade*. Belo Horizonte: **Psicologia em Revista**, 2017.

57. SILVA et al. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. Piracicaba: **Cadernos de Direito**, 2017.
58. SILVA et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. Salvador: **Cad. Saúde Pública**, 2022.
59. JUNIOR, Sylvino. *A dona de casa: a mais útil publicação em portuguez*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor: **Livraria Moderna**, 1894.
60. SORJ, B. Trabalho, logo existo: perspectivas feministas. Rio de Janeiro: **FGV Editora**. 2019.
61. TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. DE P.; SOUZA, E. M. DE . Nostalgia for enslavement relations in discourses about (but not from) housemaids. **Cadernos Pagu**, 2020.
62. TEIXEIRA, Juliana Cristina. Trabalho Doméstico. São Paulo: **Editores Jandaíra**, 2021.
63. VELOSO, Iracema Santos; SANTANA, Vilma Sousa. Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, 2002.
64. VIOTTI, A.C.C. Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, 2019.

6.1 ARTIGO II

O comer no trabalho doméstico: experiências de trabalhadoras no Município de Salvador

Resumo

O Brasil convive há tempos com o fantasma da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), um problema que afeta as populações com diferentes magnitudes. O trabalho doméstico, a principal atividade da economia do cuidado, é uma categoria que possui vulnerabilidade à INSAN, principalmente por conta do caráter informal da atividade e da negação de garantias. Este artigo tem como objetivo compreender as experiências alimentares de trabalhadoras domésticas do município de Salvador. Concerne a uma pesquisa de natureza qualitativa, apoiada nas Teorias Compreensivas e Hermenêutica, empregando a Análise de Conteúdo como perspectiva de análise. A amostragem se deu por meio da técnica snowball e as narrativas foram acessadas por meio de entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas 10 mulheres que exercem ou exerceram a atividade doméstica em algum momento da vida laboral. Os resultados trouxeram experiências que foram sistematizadas nas seguintes categorias: Trajetórias Laborais; Ser Doméstica; Violência Entrecruzadas; Narrativas do Comer; Táticas de Resistência e Horizontes Possíveis. As narrativas destacaram os motivos para a inserção no trabalho doméstico e a saída dessa atividade. A visão predominante foi a de que o trabalho doméstico é análogo ao trabalho escravo. Também foram identificadas diversas formas de violência associadas, como violência sexual, religiosa e simbólica. Foi evidenciada a oferta frequente de sobras e restos de alimentos, além de tempo reduzido para as refeições e cardápios pouco elaborados, que diferiam do que era consumido pela família. Ademais, as narrativas também revelaram táticas de resistência frente à escassez de alimentos, além de algumas experiências de alimentação digna.

Palavras-chave: alimentação, segurança alimentar e nutricional, trabalho doméstico

Eating in domestic work:

Women workers' experiences in the Municipality of Salvador

Abstract

Brazil has long lived with the spectre of Food and Nutrition Insecurity (FNSN), a problem that affects populations to varying degrees. Domestic work, the main activity of the care economy, is a category that is vulnerable to experiences such as FNS, mainly due to the informal nature of the activity and the denial of guarantees. The aim of this article is to explore the eating experiences of domestic workers in the municipality of Salvador. It is a qualitative study, based on the Comprehensive and Hermeneutic Theories, using Content Analysis as a perspective for analysis. Sampling was done using the snowball technique and the narratives were accessed through semi-structured interviews. Ten women were interviewed who work or have worked in the home at some point in their working lives. The results brought up experiences that were systematized into the following categories: Work Trajectories; Being a Domestic Worker; Intertwined Violence; Narratives of Eating; Tactics of Resistance and Possible Horizons. The narratives highlighted the reasons for entering domestic work and leaving it. The predominant view was that domestic work is analogous to slave labor. Various forms of associated violence were also identified, such as sexual, religious and symbolic violence. There was evidence of the frequent offering of leftovers and food scraps, as well as reduced time for meals and poorly prepared menus, which differed from what was consumed by the family. The narratives also revealed resistance tactics in the face of food shortages, as well as some experiences of decent food.

Keywords: *food, food and nutrition security, domestic work*

Introdução

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender as experiências alimentares no contexto do trabalho doméstico, abordando os sentidos atribuídos a essas experiências e revelando as estratégias utilizadas para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A análise e discussão dessas experiências têm como base o conceito de Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA), que é central para este estudo. O DHANA é entendido como “a garantia de acesso universal à alimentação adequada e saudável”, sendo considerado fundamental para a realização de outros direitos (ONU, 1948). Por sua vez, a SAN é definida como a “garantia de condições para o acesso a alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de forma permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 1994). Em tese, essa garantia deveria ser estendida a todos os brasileiros. Inclusive, há um reforço da garantia no conjunto de leis trabalhistas, às trabalhadoras domésticas também se prevê esse direito, embora dado tardiamente, em 2023, na atualização dos direitos trabalhistas (BRASIL, 1988).

A PEC 72/13 e a Lei Complementar 150/ 2015 fixaram mais garantias às trabalhadoras, numa tentativa de equivaler os direitos da categoria aos já previstos na CLT para os demais trabalhadores. Dentre as novas garantias previstas: a regulação da jornada de trabalho; jornada de 44 horas semanais, com previsão de adicional por hora-extra, dentre outros. A Lei foi sancionada com inúmeras controvérsias, principalmente porque a mudança no marco legal não gerou, necessariamente, melhoria das condições de trabalho, tampouco o acesso pleno aos direitos, como a alimentação.

Saffioti (1978) ressalta que no período pós-escravidão imediato, as trabalhadoras recém libertas tendiam a permanecer nas casas de famílias, realizando as mesmas atividades, tendo a comida como pagamento. Ademais, não havia nenhuma proteção legal, uma vez que consideravam que este trabalho não tinha finalidade econômica, uma vez que elas não seriam compreendidas como trabalhadoras, mas “parte da família”. Possivelmente, a manutenção dessa compreensão gera as barreiras sociais que impedem o alcance dos direitos.

Segundo a ONU Mulheres (2023) há cerca de 67 milhões de pessoas trabalham no serviço doméstico e aproximadamente 80% são mulheres. No Brasil, esse número supera os 6 milhões, sendo que cerca de 65% das trabalhadoras se identificam como negras. Mais de 70% delas possuem vínculos informais, recebendo, menos de um salário mínimo por mês. Ademais, mais de 50% são responsáveis pelo sustento de suas famílias (DIEESE, 2021).

O trabalho doméstico é uma atividade historicamente realizada por mulheres negras de baixa renda e foi, até 2010, o principal ofício realizado por mulheres negras no Brasil. Atualmente ela ainda consiste na atividade remunerada exercida por mais de 14% das mulheres maiores de 16 anos, segundo Melo e Tomé (2018). Ademais, além de ser uma atividade desempenhada por mulheres negras de baixa renda, também soma a esse perfil níveis baixos de escolarização, um reflexo claro do período escravista (Coutinho et al., 2019).

As trabalhadoras domésticas representam mais de 6 milhões de profissionais da categoria, uma profissão presente no Brasil desde o período da escravidão. Mesmo que o trabalho doméstico seja crucial para produção e reprodução do cuidado, a categoria ainda não goza de direitos trabalhistas plenos e, dentre o rol de direitos que a categoria ainda não acessa, está o acesso à alimentação adequada.

Diante do cenário apresentado, este artigo tem como objetivo compreender a experiência de alimentação no trabalho doméstico, considerando os sentidos atribuídos às experiências alimentares e as táticas empregadas para garantir a SAN. Este artigo é produto das análises derivadas da pesquisa de mestrado “*Condições de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional de Trabalhadoras Domésticas*”.

Percurso da Pesquisa

Pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e analítico, orientada nas ciências humanas e sociais. O campo fora desenvolvido entre os meses de setembro de 2024 e janeiro de 2025, empregando como instrumento de coleta a entrevista semiestruturada. As entrevistadas foram recrutadas por meio da amostragem

snowball e o roteiro empregado foi composto por quatro dimensões: perfil socioeconômico, perfil laboral, alimentação no trabalho e alimentação em casa.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, com agendamento prévio e no domicílio das respectivas entrevistadas. As participantes foram informadas previamente sobre os objetivos da pesquisa e o caráter voluntário da sua participação. Na oportunidade, também foi solicitada autorização para gravação das entrevistas, com esclarecimento sobre o sigilo, o direito de interrupção, bem como de abandoná-la, se fosse o desejo. Além disso, foram esclarecidas questões referentes ao anonimato e, sobre isto, vale sinalizar que todas as participantes foram representadas por nomes fictícios. Ademais, todas as entrevistadas fizeram assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Um total de 10 participantes naturais e residentes do município de Salvador foram entrevistadas. As entrevistas ocorreram nas residências das trabalhadoras e tiveram duração média de 50 minutos, foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra. Das 10 participantes, duas tiveram carteira de trabalho assinada ao longo dos anos de atuação no trabalho doméstico. Todas realizaram atividades como diaristas, mensalistas e babás ao longo dos anos de atividade, intercambiando entre uma atividade e outra, com predomínio de mensalistas.

As idades variaram entre 21 e 65 anos; as experiências laborais, entre 3 a 40 anos de serviço. O grupo é formado majoritariamente por mulheres autodeclaradas como negras, com exceção de uma participante, que se identifica indígena. O grau de escolarização variou entre o fundamental e o superior incompleto, com predomínio do ensino médio. Acerca da composição familiar, duas são casadas e seis são mães, sendo que duas são mães solo. Do total das entrevistas, apenas duas ainda seguem no trabalho doméstico, ambas na modalidade de mensalistas. Ambas também atuam como trançistas como atividade complementar. Nenhuma delas têm ou possuiu vínculo com o sindicato.

Vale destacar que esta pesquisa compreende trabalho doméstico como o trabalho executado no âmbito de uma residência particular, tendo como produto o serviço uma pessoa física. As possíveis atividades: limpar, cozinhar, manutenção geral da casa e o cuidado pessoal. Essa compreensão está de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE), no qual o trabalho doméstico está inserido no grupo dos chamados “trabalhos de serviços domésticos em geral” (BRASIL, 2022). Foca em duas modalidades: as mensalistas e diaristas, independente da atividade que realizem.

A análise foi realizada empregando o método da Análise Narrativa, técnica de tratamento de dados destinadas a pesquisas qualitativas e a perspectiva adotada foi descrita por Laurence Bardin (1979). Trata-se de um conjunto de técnicas voltadas à análise sistemática das comunicações. A análise seguiu três etapas, com base nas recomendações da autora são elas: Pré-análise, caracterizada pela leitura geral do material transcrito, identificando preliminarmente os núcleos de sentido.

Em seguida, na fase de exploração do material, foram definidas as unidades de representação, que foram codificadas, categorizando e agrupando informações correlacionadas. Sequencialmente, ainda nessa etapa, se estabeleceu blocos formados a partir das categorias, em diálogo com o objeto. Por fim, desenhado um esquema matricial composto pelos elementos “temas”, “falas” e a “interpretação”. Após a avaliação extensa dos trechos selecionados, se estabeleceu categorias definitivas com base na complementariedade e similaridade dos termos, experiências e conteúdos gerais de cada pré-categoria, constituindo os núcleos de sentido definitivos.

Finalmente, o tratamento dos dados, que diz respeito ao estabelecimento de inferência e a interpretação a partir do que emergiu das categorias. A interpretação considerou a frequência e sentido narrativo de conceitos e proposições, sendo o primeiro um sentido que emergem das falas e o segundo, um enunciado geral fundamentado na análise minuciosa dos dados.

Resultados e Discussões

Caracterização das Participantes

O grupo é composto por 10 participantes, trabalhadoras que foram ou ainda são diaristas e mensalistas, com predomínio da última categoria. Atualmente, do total de participantes, duas seguem no serviço doméstico, ambas como mensalistas e possuem como atividade complementar a atividade de trancista. Vale destacar que, para fins de pesquisa, diaristas são compreendidas como trabalhadoras que ofertam

serviços eventuais entre uma a duas vezes ao longo da semana. Por sua vez, mensalistas seriam as trabalhadoras que, em tese, possuem vínculo empregatício formal, com jornada de trabalho integral ou parcial, que podem tanto residir no local de trabalho, quanto não.

Quanto ao perfil etário, tratam-se de mulheres com idades que vão de 21 a 65 anos, com predomínio de maiores de 40 anos. No que tange à escolaridade, observa-se distintos, do ensino fundamental ao superior incompleto, com predomínio do ensino médio. Sendo a que a entrevistada com ensino superior incompleto era a mais nova da amostra, 21 anos, o que também se relaciona com o envelhecimento da categoria. Quanto à renda, a maioria possuía renda média de um salário mínimo e, do total do grupo, apenas duas tiveram carteira assinada no serviço doméstico. Quanto a autodeclaração de raça e cor, 9 participantes se declaram negras e uma se define como indígena. O perfil das trabalhadoras, portanto, está em consonância com o que se observa na literatura: o predomínio de mulheres racializadas, sobretudo, negras, com baixa escolaridade e baixa renda (IBGE, 2023)

O fato de haver mulheres predominantemente negras no exercício desse ofício reforça a ideia da influência do racismo estrutural na conformação dessa categoria laboral. O racismo estrutural, no que lhe concerne, diz respeito à amplitude do racismo, sua capacidade de atingir todas as instâncias da vida em sociedade (ALMEIDA, 2019). Isto posto, se o racismo estrutural assume status de onipresente, sua presença, portanto, também se faz no trabalho doméstico, definindo os lugares das domésticas, as condições de trabalho e os modos de ser trabalhadora (COSTA, 2022).

A conjunção do ser mulher, ser negra e economicamente vulnerável constitui uma tríade que evoca a interseccionalidade para a compreensão do trabalho doméstico. Ela, a interseccionalidade, permite pensar os sistemas de opressão estruturais existentes no trabalho doméstico. O conceito diz respeito a uma categoria analítica que emerge do feminismo negro, corresponde à sobreposição de elementos como gênero, raça e classe, dentro da lógica da dominação. Essa convergência de elementos acaba por interferir, de forma bastante específica, na experiência de ser mulher na contemporaneidade, tornando, por exemplo, mulheres negras mais vulneráveis a certas experiências sociais (AKOTIRENE, 2019).

Dimensões Analíticas

Foram estabelecidas as seguintes categorias teóricas a partir da extensa leitura e análise das entrevistas: **Trajetórias Laborais; Ser Doméstica; Violência Entrecruzadas; Narrativas do Comer; Táticas de Resistência e Horizontes Possíveis.**

Trajetórias Laborais

A categoria trata das motivações para a inserção no trabalho doméstico, bem como os principais impactos da atividade em outras esferas da vida das trabalhadoras. A iniciação se deu, em grande parte das situações, de forma precoce, da infância ao final da adolescência. Em um dos casos ocorreu ainda na fase pré-escolar, desrespeitando os direitos da criança e do adolescente. Sobre isso, Bárbara relata que a compreensão da introdução precoce no trabalho doméstico foi alcançada somente vida adulta:

“Eu cheguei muito cedo. Eu não tinha a ciência do que era o trabalho doméstico. Uma descoberta até recente, que era quando eu já frequentava o trabalho da minha mãe, como trabalhadora doméstica. Eu acompanhava ela e realizava algumas atividades. Quando eu era mais nova, por volta dos seis anos, eu ia para fazer companhia, filha da patroa, para tomar conta dela, para que ela deixasse que a minha mãe conseguisse realizar as atividades” (Bárbara).

A atividade realizada por Bárbara poderia ser compreendida como uma espécie de treino, uma situação de aprendizagem do ofício, bem como o complemento do trabalho da mãe. A lógica interna da situação remete à ideia de hereditariedade do serviço doméstico, ao trabalho doméstico como destino, que antes precisa ser naturalizado, mesmo que na tenra idade. A preparação ocorre prematuramente, ainda que comprometa a dignidade da criança, o que releva a lógica perversa da perpetuação do ofício:

“Ela falou: “ traz a Bárbara pra ficar aqui. Pra tomar banho de piscina”, quando ela se mudou. E eu ia, mas acabava que eu sempre ajudava a minha mãe no serviço doméstico” (Bárbara).

No Brasil, o trabalho doméstico compõe a lista das formas mais aviltantes de trabalho infantil. O trabalho infantil doméstico é compreendido como o trabalho doméstico realizado por menores de 18 anos fora do seu núcleo familiar (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1999). A inserção prematura também compromete outras instâncias da vida da criança, como a escolarização, criando condições para a manutenção do ciclo de trabalho precário, a manutenção da reprodução do trabalho doméstico:

“Eu conseguia frequentar a escola. Mas não conseguia, por exemplo, fazer um curso de manhã ou estudar de manhã. Se eu tivesse uma prova, eu já não estudava, porque eu tinha que estar ajudando minha mãe. À noite que eu chegava cansada da escola, eu dormia. Porque como era três dias em um lugar e quatro dias no outro. A minha avó foi trabalhadora doméstica. A minha mãe é trabalhadora doméstica. E eu fui preparada para também ser trabalhadora doméstica” (Bárbara).

Fala ainda sobre os impactos da ausência da sua mãe, que evidencia abandono afetivo decorrente dos inúmeros vínculos e dar carga horária extensa, o que acabou por comprometer a continuidade do aleitamento materno na fase de introdução alimentar:

“(...) poderia estar acompanhando a minha infância, ao invés de estar sempre cuidando da filha dela, acompanhando os principais momentos da minha vida. Eu lembro que minha mãe me conta que eu parei de mamar muito cedo, com seis meses de idade, porque ela precisava trabalhar. E era justamente o trabalho no serviço doméstico, sempre cuidando do filho dos outros. E sempre essa criança tinha a mesma faixa etária que eu. Então, minha mãe foi muito mais mãe pro filho dos outros do que pra mim” (Bárbara).

Todavia, vale salientar que Bárbara rompe com a condição historicamente colocada, a continuidade do ofício, no momento em que compreende a lógica da perpetuação e abandona o trabalho doméstico:

“Hoje eu fico muito feliz, em saber que hoje eu tenho uma outra área, tenho uma outra perspectiva de vida, trabalho de uma forma mais humana, onde eu consiga descansar, onde eu consiga me alimentar muito bem. Foi uma decisão muito importante que eu tomei, porque esse ciclo precisa ser quebrado” (Bárbara).

Portanto, o trabalho doméstico, assim como outras atividades laborais precarizadas, estabelece um ciclo de continuidade. A própria atividade se desenvolve de tal forma a comprometer possibilidades de rompimento da sua reprodução, sendo o aumento da escolarização uma via indispensável à interrupção da lógica da continuidade, permitindo às gerações seguintes de mulheres optar por escolhas laborais mais dignas.

Sobre isso, Fraga (2021) destaca o aumento da escolaridade das filhas das trabalhadoras domésticas como principal fator para redução do número de trabalhadoras domésticas no mercado, o que colabora para o rompimento do ciclo. Ainda sobre esse aspecto, a escolarização, a fala de Esperança reforça que, diante da baixa escolarização, o trabalho doméstico figura uma das únicas oportunidades laborais viáveis:

“(...) para a pessoa que não tem estudo, faz você pegar em quê? No trabalho doméstico, né? É o doméstico mesmo. Vai tomar conta de idoso, vai tomar conta de criança, vai fazer faxina. E por aí vai, porque o que nós temos mesmo que ter nossa liberdade é o estudo, estudar. Para a gente ter um emprego bom, merecedor. Mas quem não tem, vai para onde? Para a casa da família, de família trabalhar.”

Segundo dados do Dieese (2024), 63% das trabalhadoras domésticas possuem escolaridade inferior ao ensino médio completo, o que evidencia o perfil predominante de baixa escolarização. Nos últimos anos registrou-se um aumento dos níveis de escolarização das trabalhadoras domésticas, fator determinante do abandono do ofício. Acerca das motivações para a inserção laboral, Tereza traz o desemprego, após término do ensino médio, como principal motivador:

“Pensei que ia ser mais fácil as possibilidades de estágio, né? Mas não foi. Então, como eu precisava ter minhas coisas, as condições não eram tão boas, porque minha mãe tinha outros filhos, o dinheiro era pouco, a renda. Então, eu fui procurando um jeito de me desenvolver. Aí, foi quando surgiu a oportunidade para lavar roupa. Era uma pessoa conhecida que indicou.”

Ainda sobre esse tema, Maria Firmina traz a necessidade de continuar os estudos como o motivo principal para início das atividades de doméstica:

“Eu fui obrigada a trabalhar aqui ao lado da minha casa, tomando conta de um bebê, pra poder conseguir comprar os meus livros, que meu pai não tinha condições de comprar meus livros. Eu tinha que sair da escola, ir pra casa de uma amiga, copiar os deveres pra depois ir pra casa.”

Dandara, por sua vez, traz uma motivação ligada à violência doméstica para início das suas atividades, sobre isso, relata:

“O trabalho doméstico foi porque minha mãe, na época, continuou casada com essa pessoa. Mas como ele era meio abusadinho, ele bebia, então, tipo assim, a casa de família foi uma válvula de escape pra mim. Então assim, eu arranjei um emprego pra dormir, onde pra mim ali tava, como é que fala... mais seguro. Mais tranquilo, mais seguro pra mim, né? Sem muito abuso, sem muita perturbação, sem muita confusão. Então, foi até onde eu cheguei e até onde eu tô, né?”

Condições econômicas, sociais e familiares surgem como condições que influenciam a eleição do trabalho doméstico como possibilidade de ofício. O fato de a maioria das entrevistadas ter abandonado o trabalho doméstico demonstrou a rejeição da conformação geral do trabalho. Possivelmente, por se tratar de uma atividade marcada pela supressão de direitos, principalmente seu caráter informal, como reforça Hirata (2008).

A ruptura com o trabalho doméstico concorreu em oito das dez situações, sendo o fator decisivo principal as condições de trabalho e, dentre dos elementos sinalizados, a alimentação e a compreensão, quase que generalizada, de trabalho doméstico como aviltante, como indica Tereza:

“Não, gente, você não precisa morrer doméstica, hoje em dia as oportunidades estão melhores que antigamente, bem melhor do que nossos pais, que não tinham. Antigamente, as meninas de 6 anos já trabalhavam em casa de doméstica, porque a família era grande, não tinha condições de se alimentar. A mãe botava você para trabalhar de doméstica, que lá você tinha comida. Sei que muitas vezes não cuidava, explorava. Mas você era obrigada, você não estudava.”

Maria Felipa apresenta sua motivação:

“Minha decisão de sair de empregada doméstica é a base das humilhações. Eu passei muita coisa. E aí, chegou um tempo que

eu determinei que eu não ia mais passar por aquilo. Que eu tinha que me valorizar. E eu não queria mais passar por aquele tipo de humilhações.’

Jaqueline traz:

“Eu não pretendo voltar para o trabalho doméstico, só por uma extrema necessidade. Como te disse, eu não pretendo passar mais isso, mesmo com as experiências boas, porque as boas também tinham seus problemas, como o transporte. Não quero mais isso para mim.”

O desligamento do trabalho doméstico pode ser compreendido, nesses casos, como ruptura de um subtrabalho, marcado pela precariedade, por condições indignas de exercício da atividade, por onde a alimentação transita.

Ser Doméstica

A dimensão trata das compreensões das trabalhadoras sobre seu ofício e a identidade laboral. A noção de trabalho doméstico como um tipo moderno de trabalho escravo que surgiu em quase todas as falas. A memória clara do que foi o período da escravatura permite uma associação direta, como traz Stella:

“Porque às vezes os patrões se servem muito de você. Explora. E a consideração ele esquece, entendeu? Tem você assim, como simplesmente um escravo que você tem que trabalhar pra ele, acabou.”

Maria Felipa afirma:

“Humilhante. Não agravando na todos: escravo. Não valoriza as empregadas domésticas. Não ajuda como deve ser ajudado. Eles não consideram. Então, muitas vezes tem pessoas que ficam vários anos. Às vezes sai sem direito a nada. Não procura ajudar em custo. Então, eu acho que hoje em dia é um trabalho muito humilhante. Não retornaria mais nunca a essa profissão.”

A narrativa de Maria Firmina, por sua vez, traz elementos que comporiam a situação de escravidão, como a vigilância, o comer apartado, o uso obrigatório de fardamento:

“Então, o trabalhador doméstico, ele ainda é um escravo doméstico. É uma escravidão. Principalmente em casas de

grande porte, que têm câmara. Então, é uma escravidão. Tem casas que têm câmara que você não pode nem se coçar, né? Não tem nem privacidade. Tira sua privacidade. Você é vigiado o tempo todo. Casas que você tem que comer fora do horário, em ambientes diferentes, né? Que você tem que usar, obrigada a usar farda, sapato que te prende os pés o dia todo, não deixa você trabalhar com a sandália rasteira, porque tem que ter o fardamento, né?”

Bárbara ratifica a compreensão:

“Então, eu vejo muito trabalho doméstico como um trabalho ainda escravo. Onde as pessoas passaram muito tempo, né? Um país que vive mais de 350 anos de escravidão. As pessoas normalizaram certas atividades. Normalizaram não fornecer uma comida para o trabalhador, não fornecer nada, nenhum direito.”

Jaqueline reformula a compreensão de trabalho degradante:

“É pesado, para pouca remuneração. A gente sacrifica muita coisa para cuidar da casa dos outros, é humilhado.”

Importante salientar que Jaqueline, atualmente, trabalha como operadora de *telemarketing*. A alternativa que encontrou para poder trabalhar de forma mais dignidade, posto que há a possibilidade de trabalhar em *home office*:

“Muito melhor, mesmo com todo o estresse. Tem muito mais dignidade. As pessoas mandam em mim, mas ninguém me humilha e posso trabalhar de casa, se eu quiser.”

Pinheiro (2019), traz o telemarketing como uma das possibilidades de trabalho eleitas pelas mulheres jovens em oposição ao serviço doméstico.

Elementos que merecem atenção são os uniformes. Eles representam, segundo as trabalhadoras entrevistadas, uma indumentária aviltante, como relata Tereza:

“Se você tá com uma família pra qual você trabalha, no shopping todo mundo sabe que você trabalha porque fica nítido, porque você sempre vem atrás, acompanhada das crianças e dos patrões na frente. Então, sabe, é amiga ou não é? Você tá atrás, tomando conta das crianças e a mãe lá na frente, falando no celular, olhando loja, mexendo na bolsa ou tá sentada tomando um café. E você tá cá, tomando conta das crianças. Então, é nítido, não precisa você falar nada. E você

de farda, eu acho que fica mais humilhante, não tem necessidade, porque você tá no meio, onde tem várias outras pessoas. Não precisa você estar estampada, eu sou a babá.”

A Lei Complementar nº 150/2015, que regulamenta o trabalho doméstico no Brasil, não traz disposições específicas sobre o uso de fardamento, portanto, seu uso não é obrigatório. O que pode ser depreendido é que se impõe no cotidiano é a força dos costumes, das dimensões simbólicas que definem o escopo das condições do trabalho doméstico, e isso perpassa a indumentária. A farda pode ser lida, portanto, como um dispositivo de demarcação das hierarquias e do lugar simbólico - e espacial - da trabalhadora. Isto posto, a farda pode ser lida como uma estratégia de distinção social engendrada pelos empregadores para a conservação de uma conotação simbólica de serva, de quem está à disposição.

Souza (2009) reforça que a existência do trabalho doméstico nas condições atuais está associada à manutenção das desigualdades sociais. Refere-se à ideia de que há sujeitos na estrutura social que estão destinados a trabalhos marginais, um dos ofícios desse conjunto de atividades é o trabalho doméstico. Ele contribui para a manutenção do poder nas camadas médias e altas beneficiadas pela exploração da força de trabalho de mulheres das camadas populares. Entende-se que o ideário das camadas médias e altas, fortemente moldado pelo racismo, cria as condições para manutenção da precarização do trabalho doméstico, fortes o suficiente para sobrepujar as leis que regulam a atividade.

A literatura científica colabora para o desenho de políticas públicas e para a publicização de problemas sociais, todavia, há uma lacuna descomunal sobre o comer no trabalho doméstico no conteúdo das publicações, mesmo diante dos indícios na chamada literatura cinza, como livro “Eu, Empregada Doméstica”, de Preta-Rara, ex-trabalhadora doméstica, que sistematiza experiências, dentre elas, as alimentares, com indicação de violação da dignidade alimentar. Ademais, há os conteúdos das notificações do Ministério Público do Trabalho, que traz no conteúdo das notificações de trabalho doméstico irregular a privação da alimentação, além dos tantos casos noticiados pela mídia.

Possivelmente, a lacuna é produto do *pacto narcísico da branquitude* (BENTO, 2022). Ela seria um comportamento de autopreservação do *status* de “justos” dos brancos enquanto raça, nesse caso, dos brancos acadêmicos. Inclusive,

o feminismo branco da academia, que se construiu como referencial normativo de feminismo, calcado da ideia de uma mulher universal, não discute a articulação de estruturas embricadas de dominação (CURIÉL, 2009). Sobre essa questão, Davis (1981) traz que o feminismo branco e de classe média historicamente colocou as mulheres negras e suas demandas à margem das discussões. Ela propõe, portanto, um feminismo plural, um que considere raça, classe e gênero, os eixos que se articulam para moldar o trabalho doméstico tal como existe.

Então, defende-se a ideia de que a manutenção dos hiatos de conhecimento sobre questões sensíveis do trabalho doméstico seja reflexo do exercício deliberado de não adoção de determinados objetos de pesquisa, para a não implicação da classe média branca no processo de dominação. Seria a invisibilização de fatos que ofereçam ameaça ao *status* da branquitude acadêmica, no intuito de salvaguardar sua moral e sua pretensa virtude paradigmática.

Violências Entrecruzadas

O trabalho doméstico alicerça um terreno que permite o surgimento de muitas violências somadas, como a de gênero, a sexual, de classe, religiosa, dentre outras formas. A violência sexual é compreendida como abusos verbais, e físicos, podendo chegar à forma mais perversa, o estupro. Esse tipo de violência é historicamente praticado contra as trabalhadoras domésticas (WADE, 2013).

Os relatos trouxeram no seu conteúdo algumas formas de violência, a primeira a ser tratada é a sexual. Segundo o relato de Sônia, seu empregador, um policial militar, a coagia a ter com ele relações sexuais usando como justificativa para o abuso a alimentação que fornecia no trabalho:

“Eu deixei por um tempo, porque eu precisava do emprego... Aí ele disse assim: ‘Ahh, Sônia, você come e bebe aqui. Aqui não é restaurante.’”

Como o assédio era frequente, Sônia sempre estava em estado de vigilância, enquanto realizava suas atividades, inclusive, durante as refeições:

“Eu comia, mas ficava assim, me cuidando da cara dele (...).”

A violência sofrida por Sônia é multidimensional: é sexual, racial, de classe, de gênero, alimentar. O fato remete à noção de mucama que parece permanecer no ideário de empregadores homens. As mucamas, como reforça Teixeira (2021), tinham a função de manter a funcionalidade do lar, somavam inúmeras atividades, como cuidar de crianças, limpeza, cozinhar e, com frequência, satisfazer as necessidades sexuais dos senhores.

A trabalhadora doméstica atual seria uma espécie de mucama permitida, aquela a quem se destina os fardos do cuidado do lar (GONZALEZ, 1984). Assim sendo, além das formas de exploração laboral que abarcam as atividades da mucama do passado, ainda há a manutenção da construção simbólica do corpo da trabalhadora como objeto à disposição.

Outra forma de violência que surgiu nos relatos é a religiosa que, assim como no caso supramencionado, também é uma confluência de opressões. A violência em questão foi vivenciada por Bárbara, na ocasião do almoço em uma das casas que realizava limpeza diária. Trata-se da negação de uma prática alimentar e, simultaneamente, religiosa:

“Eu sou candomblecista, né. E teve uma situação, na casa dessa segunda patroa que falei, a que eu não gosto, então, eu sou de Ogum. Ogum é um orixá que está muito ligado ao feijão, e terça é dia de Ogum, então, para dar de comer ao santo, a gente come feijão. Um dia, na casa dessa mulher, minha mãe fez a comida, ela disse que a gente podia comer, até achei estranho, mas, na hora de se servir, ela disse que queria repetir o feijão. Como minha mãe já tinha comido, a porção que tava lá era minha, aí ela falou: você não liga, né? Tem mais arroz aí, aí eu expliquei que precisava dar de comer ao santo, ela disse: “o santo não vai ligar não, menina”. Que ódio dessa mulher, que humilhação. Me senti violentada. Comi o arroz e carne da força do ódio.”

Violência religiosa, segundo (NOGUEIRA, 2020) existente no caso de Bárbara seria, em específico, a intolerância religiosa, conceito que diz respeito a:

“(…)A expressão “intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas às crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar crenças de terceiros,

podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas(...)"

Considerando que o comer de Bárbara era um comer ritualizado, um comer como prática religiosa, a supressão do feijão pode ser lida como uma violência. O feijão, para as religiões de matriz africana é um alimento ligado a alguns orixás, dentre eles, Ogum, o orixá de cabeça de Bárbara. O alimento, portanto, está para além da composição da díade clássica da alimentação do brasileiro, arroz-feijão, é um elemento de comunicação com o sagrado.

A violência simbólica também surgiu, com a delimitação do que seria “comida de empregada” e “comida de patrão”:

“Quando tinha uma vasilha de nozes que ficava bem encima assim, no alto, ele não alcançava...então ele falou para mim “empregada, você gosta de nozes?” Eu disse ‘gosto’. Ele disse: “vamos comer nozes?” Eu disse: oh, Jesus, ainda bem que ele está melhorando. Tá naquela vasilha, pegue ali. Sentei na mesa, quebrei tudinho para comer e fui separando. Quando eu fui pegar uma, ele disse: “não, você não vai comer não. Que empregada aqui em casa não come nozes”... uma criança de 4 anos” (Maria Firmina).

Dentro da mesma situação, a trabalhadora relata outro tipo de violência, a física:

“Eu disse: tudo bem...me agredia, me cuspia. Quando almoçava, ele cuspia no meu prato. Ele jogava água em mim, ele quebrou um copo aqui na minha cintura. De vidro, quebrou” (Maria Firmina).

Há um entrecruzamento de violências no trabalho doméstico, como as supracitadas, algumas, ainda passíveis de maior investigação, como as violências praticadas no contexto alimentar. As violências sexuais e religiosas se somam as de gênero, raça, classe e alimentar, conformando uma miríade de opressões. Vale salientar que não existe um conceito reconhecido de “violência alimentar e nutricional” ou terminologia afim, todavia, propõe-se que seja compreendida como a violência praticada com o alimento como elemento mediador.

Narrativas do Comer

A dimensão trata do cerne da pesquisa: a experiência alimentar no trabalho doméstico. A partir da análise do conteúdo das entrevistas verificou-se a recorrência de experiências, a saber: fome, restos e sobras como cardápio habitual, o tempo para comer, a vigilância do acesso à alimentos.

A experiência que mais se pronunciou foi a da fome. Fome aqui é tratada como termo polissêmico: aguda, crônica e simbólica. A OMS (2024) define fome como “*uma sensação desconfortável ou dolorosa causada por energia insuficiente da dieta*”. Ela também entende como sinônimo de desnutrição crônica, socialmente, um produto da pobreza. Seria a manifestação mais extrema da insegurança alimentar, a forma grave.

A fala de Esperança refere-se a uma experiência de trabalho onde o alimento só era acessado após a autorização da empregadora, geralmente no final na rotina de trabalho:

“Porque quando ela chegava, ela queria ver a casa dela toda limpa, toda arrumadinha, tudo espelhando. E eu passando fome.”

Stella traz uma situação peculiar, dividir sua refeição com o filho do empregador, criança de quem cuidava, comprometendo sua segurança alimentar:

“E em uma casa eu ainda dividia o meu almoço, às vezes, com o menino. Então, de manhã, eu ia levar minha batata, levava meu aipim, levava meu pão, levava minha marmita, tudo. Aí, ele ainda pedia: “Você me dá um pedacinho da sua merenda?” Eu dizia: dou.”

Tereza vivenciou situação similar e destaca que acredita que a criança solicitava sua comida por se alimentar de forma insuficiente em casa:

“(...) quando eu cheguei lá, que eu vi que o que eu estava levando, acho que ainda era melhor do que ela tinha, a ponto de que eu dividia minha merenda com o filho dela.”

As situações vivenciadas por Stella e Tereza remetem ao arquétipo da *mãe-preta*, a figura feminina que abdica de si para o bem da família branca e, sobretudo, por sua prole, numa espécie de servidão dócil voluntária. Carneiro (2011) aponta o estereótipo como um dos principais responsáveis pela perpetuação do racismo e do

sexismo no Brasil. Teixeira (2021), por sua vez, ressalta que é urgente o rompimento com esse arquétipo, oposto que ele ainda molda as relações de trabalho, influenciando a conformação do trabalho doméstico.

Outro fenômeno absoluto na experiência alimentar foi a oferta de sobras e restos, compreendidos como sinônimos. Os relatos circunscrevem dois tipos de restos e sobras: **os advindo do consumo da mesa**, daquilo que a família não consumiu durante as refeições diárias principais; e **os restos do consumo semanal**, como o somatório dos demais restos produzidos ao longo da semana. Essa última categoria diz respeito, principalmente, às preparações armazenadas sob refrigeração. Um exemplo dessas experiências é a vivida por Sônia, em São Paulo, sobre a experiência e sua percepção, ela relata:

“(...) comia o resto também, falei: eu vou cair fora disso aqui, velho. Esse inferno aí. Mas eu não fiquei não, não sou bicho. Deus é mais!”

Assim como Sônia, Esperança também fala sobre sua revolta ao ver destinados para si os restos, os quais recusava:

“Os filhos delas, das madames, sentavam na mesa pra almoçar. Não comiam aquela comida toda. Aí o que elas faziam? Botavam no outro prato e tampavam e deixavam lá na mesa pra mim almoçar. Só que eu não almoçava. Aí eu ficava com fome porque eu via que era resto e eu não comia. Aí ela me perguntava não almoçou por quê? Eu falei, ah, eu estou sem fome. Porque eu não ia comer o resto porque eu não era cachorro, né?”

Para alguém que recebe a alcunha de “quase da família”, uma “quase dignidade” - ou mesmo nenhuma: os restos, as sobras, o alimento considerado menos valoroso. Nessa lógica, aquela que é “quase” não acessa direitos plenos, mas “quase direitos”, pois isso o emprego da nomenclatura “trabalhadora doméstica” é fundamental para demarcar que o conjunto de atividades que realiza é trabalho, de fato. Então, se é trabalho, deve ser realizado com dignidade e com plenitude de garantias. Segundo Teixeira (2021), o não emprego correto da denominação da atividade contribui para a reprodução da invisibilidade.

Os “restos”, uma espécie de descarte, estaria na mesma dimensão simbólica do lixo, posto que é dispensável. A negação da dignidade materializada e mediada

através da alimentação, o reforço da compreensão da trabalhadora como um ser sub humano, a quem, portanto, deveria ser destinada uma alimentação incompleta.

É importante também destacar os elementos daquilo que poderia ser chamado de cardápio habitual, que seria a comida consumida cotidianamente no serviço doméstico. A análise das narrativas revelou o conteúdo dos cardápios destinados as trabalhadoras, com predomínio de alimentos como arroz, feijão, pães, biscoitos e, quando as proteínas estavam presentes, ovos e frango - geralmente associado a porções distintas. Maria Felipa traz:

“Que às vezes faltava proteína, faltava o arroz, né. Não era permitido tomar um suco, um Nescau. O que eles comiam, eles não davam para comer, não ofereciam, né. “

Dandara destaca a ausência das frutas:

“Uma banana não iria fazer falta. Apesar de que, geralmente, os patrões malham, então as bananas são para eles, porque é potássio. Mas uma laranja, um mamão, um suco (...)”

O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda o consumo de alimentos de diferentes grupos alimentares, com predomínio de alimentos *in natura* e com respeito a cultura alimentar (BRASIL, 2014). Vale destacar que não se tratou de ausências alimentares por extensão da dieta familiar, mas de um processo ativo de supressão de gêneros, principalmente carnes e vegetais.

O tempo de comer também surge como manifestação de importância, uma vez que, para muitas delas, era destinado um momento diferente para o almoço, geralmente depois da alimentação da família. Jaqueline traz suas considerações sobre o tempo:

“Outra coisa, não respeitavam o horário de comer, eu só podia comer depois deles, eu terminava de pôr a mesa (...)”

Maria Felipa, por sua vez, reproduz a fala de uma de suas ex empregadora sobre o tempo de comer:

“Quando a gente terminar do almoço você pode almoçar, viu?”

Experiência similar ocorreu com Dandara:

“Era depois que eles se alimentavam (...)”

O relato de Esperança reforça:

“Eu saía daqui da minha casa em jejum, chegava lá, tomava esse café preto com pão, com manteiga e só ia almoçar meio dia. Depois que todo mundo almoçasse. Isso já era o quê? Umas duas horas da tarde.”

Além do tempo distinto, o desrespeito a esse momento também surgiu, como exemplifica o caso de Tereza:

“Que é o horário que você quer sentar, quer almoçar, quer pensar nas coisas. Então, assim, se você está sentado na cozinha e eles passam, mesmo você almoçando, aí é um copo de água que pede. Então eles não respeitavam esse momento.”

Então, o tempo de comer da trabalhadora estava no futuro, um “depois”, “depois de nós”. Esse tempo ainda era atravessado por demandas domésticas, posto que a solenidade da ocasião também não era respeitada. O tempo de comer, nesse caso, não as pertencia, de fato, o tempo foi delimitado ao sabor das demandas familiares, ignorando as necessidades da trabalhadora. Vale destacar que o tempo poderia estar associado ao lugar distinto, comer apartada, como traz a narrativa de Dandara:

“Com ele, eu como em um lugar lá, onde tem uma cadeira, na área de serviço.”

A vigilância alimentar surge como comportamento assumido pelos empregadores no intuito de salvaguardar suas despensas, com o estabelecimento de um tipo de panóptico-domiciliar, e o empregador enquanto uma espécie de sentinela de suas provisões. Sobre isso, Maria Firmina traz:

“Você é vigiado o tempo todo (...)”

O fenômeno descrito pode estar relacionado à “Outridade”, ao reforço da identidade virtuosa do empregador branco, diante da pretensa degradação moral da trabalhadora negra. O conceito diz respeito a um subterfúgio para afirmar uma identidade que é construída pela negação do outro, fantasias da branquitude quando ao caráter de pessoas negras, como defende Kilomba (2019). Nesse caso, a negação da trabalhadora como um ser íntegro, capaz de respeitar os limites de acesso, pois estaria inclinada a subtrair o que não lhe cabe, no caso, os alimentos.

As experiências dessa dimensão: fome, servidão voluntária, oferta de restos e sobras, cardápios excludentes, tempo e lugar distintos para comer e a vigilância alimentar são elementos que criam um cenário que torna a experiência alimentar, dentro das condições de trabalho, um evento molesto. O conjunto dessas experiências resulta na negação da possibilidade de uma alimentar digna.

Táticas de Resistência

Diante do cenário de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) e outras violências no âmbito alimentar, foram forjadas táticas de resistência com a criação de manobras de acesso ao alimento assumidas diante da escassez e das supressões alimentares.

As táticas são compreendidas como formas de resistência social assumidas por pessoas ou grupos que não detém poder, como modos alternativos de afirmação da autonomia (CERTEAU, 1998).

A tática mais frequente foi o provisionamento, ou seja, ler de casa provisões para consumo na rotina de trabalho:

“Eu levava minha merenda, levava meu suco, meu pão, biscoito (...)” (Tereza).

A outra foi o desenho de táticas calcadas na sororidade, como a oferta de alimentos por meio do elevador, como descreve Maria Felipa:

“Pegando o elevador de serviço. Aí mandava o almoço, mandava a garrafa de suco, a salada, completo.”

Sororidade diz respeito ao apoio e empoderamento de mulheres diante de experiências de opressão. Kilomba (2019) defende que, nos casos das mulheres negras, vai além do mecanismo de proteção, mas também é uma forma ativa de combate ao racismo. Portanto, a comida no elevador, além do pacto de cuidado entre mulheres e figura como uma tática antirracista no âmbito do trabalho. Vale reforçar que não há sororidade universal, a sororidade a que se refere é intrarracial e também intraclasse, posto que a hierarquia de poder se mantém com relação às empregadoras, com geração de pressão e violências.

A negativa do comer, que é o cerne dessas experiências, surge como uma espécie de máscara imposta à Anastácia, alusão à representação pictográfica de uma trabalhadora escravizada amordaçada. Seria, portanto, um simulacro de “Máscara de Flandres” não material, mas alegórico, posto que desenha regras restritivas do comer nas “casas de família”. Logo, a negativa e seus desdobramentos, atingem o mesmo objetivo do dispositivo de tortura mencionado: a restrição de acesso – bem como a tortura, posto que também configuram violência.

Horizontes Possíveis

A última dimensão sistematiza experiências exitosas de alimentação no trabalho doméstico, situações onde se observou respeito, em sentido amplo, que se estendia à comida, contribuindo para a dignidade alimentar. Não houve delimitações entre o lugar da trabalhadora e dos empregadores. Nessas situações, o lugar de comer era mesmo, bem como o tempo. Diferente das experiências citadas anteriormente, esse comer não se deslocava para a posteridade, o tempo dele era o tempo presente. Sobre o comer junto, Dandara traz o exemplo de um dos seus vínculos empregatícios atuais:

“(...) eu como na mesa, com ela.”

Dividir o mesmo espaço, a mesma comida, num mesmo tempo poderia ser compreendido como comensalidade. A comensalidade, segundo Fischler (1990) , pode ser concebida como o ato de comer junto que tanto aproxima, quanto segrega. A comensalidade, portanto, põe em evidência a natureza da relação entre os comensais, podendo fortalecer laços de identidade e afeto entre os comensais. Saudosa e exultante, Maria Firmina rememora uma experiência única ao longo dos mais de 40 anos de ofício:

“A gente almoçava todos numa mesa, assim, grande. Ah, era muita felicidade, viu? Muita felicidade. A dona Maria gostava de botar a coxa da galinha pra comer.”

Jaqueline relembra o período que trabalho para empregadores norte-americanos e traz uma observação sobre a classe dos empregados :

“Na casa dos Americanos eu fui para tirar as férias de uma amiga, fiquei lá 10 dias. Dormi lá. Nesse tempo tirei 1500. Lá também não tinha restrição. Parece que quanto mais dinheiro o

povo tem, menos liga para essas coisas, não controlam a alimentação, eu acho.”

A observação de Jaqueline é um aspecto importante a se investigar, se existe alguma diferença quanto a postura dos empregadores segundo sua classe social. Ademais, é importante destacar que se tratam de experiências pontuais, dentro do bojo das diversas relações de trabalho que tiveram, poucas tiveram esse caráter inclusivo e respeitoso da alimentação. A dimensão sinaliza a possibilidade de (re) conformação da alimentação no trabalho doméstico que, em linhas gerais, é marcada pela negação da alimentação como direito. A supressão de elementos da dignidade alimentar, como o respeito ao tempo para comer, ao lugar, ao cardápio, bem como o tipo de interação que se desenvolve entorno da alimentação evidencia o caráter precário da atividade, a invisibilidade jurídica e a manutenção de posturas desrespeitosas por parte dos empregadores. O pano de fundo desse cenário conjuga gênero, raça e classe, que evocam uma compreensão interseccional do complexo fenômeno que é comer no trabalho doméstico.

Conclusão

O trabalho doméstico representa o principal ofício de mulheres no mundo, bem como no Brasil. É composta por atividades de cuidado desenvolvidas no âmbito residencial. A categoria, porém, a previsão tardia de direitos fundamentais e o acesso ainda existe de forma plena, dentre as necessidades está a alimentação. O que vulnerabiliza a categoria, tornando mais propensa à experiência de INSAN, um problema crônico no Brasil.

A pesquisa investigou a alimentação dentro das condições do trabalho doméstico. Foram categorizadas as seguintes dimensões analíticas, após a análise das narrativas: Trajetórias Laborais; Ser Doméstica; Violência Entrecruzadas; Narrativas do Comer; Táticas de Resistência e Horizontes Possíveis .

“Trajetórias laborais” tratando das formas de inserção, as motivações e a permanência ou saída da atividade. Essa dimensão revelou que a principal forma de inserção foi como diarista. Quanto aos motivos, a baixa escolarização como motivo predominante para início das atividades, ainda trouxe o trabalho doméstico infantil como uma espécie de rito preparatório. Sobre o abandono da atividade, realizado por oito delas, as más condições de trabalho, que envolvem tratamento, alimentação, salário e descanso, tratamento respeitoso foram os principais motivos.

O “Ser Doméstica” é a dimensão que revelou a percepção do trabalho doméstico por parte das trabalhadoras. Elas revelam que compreendem o ofício como trabalho escravo, de fato. As trabalhadoras leem que condições de trabalho sem acesso à alimentação, com uso de uniforme para demarcar a hierarquias e com vigilância constante podem ser lidos como uma espécie de trabalho escravo moderno.

“Violência Entrecruzadas”, por sua vez, descreve os tipos de violências que surge na atividade, que sempre são seccionadas por outras formas de violação. Surgiram, então, a violência sexual, a religiosa e a simbólica, todas associadas ao consumo de alimentos. Lembrando que cada uma das dimensões específicas de violências está circunscrita a gênero, classe e raça, que se entrecruzam. Ademais, a violência alimentar, a manifestação mais pungente de cada situação, ainda carece de conceituação definitiva.

“Narrativas do Comer”, o cerne da pesquisa, traz aspectos gerais sobre a alimentação no trabalho doméstico, abrangendo: acesso, qualidade, quantidade da alimentação, e os sentidos atribuídos à alimentação. Dela surgiram a fome como experiência universal às histórias, seja ela aguda, crônica e simbólica. Ademais, a oferta de sobras e restos, alimentos que poderiam ser facilmente descartados. Esses alimentos foram categorizados em dois tipos: os resultantes do consumo da mesa, e os restos do consumo semanal. Um cardápio habitual pouco variado também surgiu, composto, majoritariamente, por alimentos fontes de carboidrato e com supressão de legumes e de alimentos fontes de proteínas de alto valor biológico. O tempo distinto para comer, sempre a posteriori, também surgiu, ignorando as necessidades da trabalhadora. A associação de tempo e lugar, resultando num comer apartado. Por fim, a vigilância alimentar como estratégia de supervisão impetrada pelos empregadores, no intuito de zelar por suas despesas.

“Táticas de Resistência”, por sua vez, sistematizou a criação de manobras de acesso ao alimento assumidas diante da escassez e das supressões. As principais táticas foram o provisionamento, com a elaboração de marmitas para consumo ao longo da rotina de trabalho e as táticas alicerçadas na sororidade, com a oferta ou recepção de alimento na presença da INSAN, utilizando o elevador como parte do acesso.

Por fim, “Horizontes Possíveis” tratou da possibilidade de experiências alimentares alicerçadas na dignidade, trazendo como principais achados a inexistência de cardápios duais e a comensalidade, sem a categorização “comida de empregada” e a “comida do patrão” e com permissão do acesso. Porém, vale destacar que se trataram de experiências restritas, todavia, aponta para um horizonte de esperança dentro de um cenário de tantas violações da dignidade.

Em conclusão, a alimentação no trabalho doméstico parece carecer de dignidade alimentar. As experiências apresentadas delimitam a experiência alimentar, produzindo um acesso problemático quanto à quantidade, qualidade e adequação biológica e cultural. Isso escancara as desigualdades sociais e laborais, produtos da lógica de dominação baseada na classe, gênero e raça.

REFERÊNCIAS

1. AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, **Editora Jandaíra**, 2020.
2. ALMEIDA, S.L. Racismo estrutural. São Paulo: **Pólen**, 2019.
3. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Portugal: **Edição 70**, 1979.
4. BENTO M. A. Pactos narcísicos no racismo. São Paulo: **Psicologia**, USP, 2002.
5. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Informações Gerais. Brasília: **MET**, 2022. Disponível em:<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf#7>>. Acessado em 30 de já. 2025.
6. BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 2015. Contrato do trabalho doméstico. Brasília: **MET**, 2015. Disponível em :< [https:// www.planalto.gov.br /ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acessado em: 25 de jan. de 2025.
7. CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* São Paulo: **Selo Negro Edições**, 2011.
8. CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis: **Vozes**, 2009.
9. COUTINHO, M. C., MADERS, T. R., TRINDADE, C., & SAVANHAGO, L. “Acho que homem. não é para ele essa profissão”: Contrapontos de gênero no trabalho doméstico. **Psicologia Argumento**, 2019.
10. COSTA et al. Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil. Florianópolis: **R. Katál**, 2022.
11. CURIEL, O. Descolonizando el Feminismo: Una Perspectiva desde America Latina y El Caribe. In: PRIMER COLOQUIO LATINO AMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, 1, 2009, Buenos Aires, Universidad Nacional de Colômbia. Anais... Buenos Aires: Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (GLEFAS) y el Instituto de Género de la Universidad de Buenos Aires, 2009.
12. DAVIS, A. Y. Women, race, & class. Vintage, 2011.
13. FRAGA, A.B. MONTICELLI, T.A. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**: Florianópolis, 2021.

14. FISCHLER, C. *L'Homnivore: Le goût, la cuisine et le corps*. Paris: **Éditions Odile Jacob**, 1990.
15. GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras. São Paulo: **UCPA Editora**, 2018.
16. HIRATA, H. Desenvolvimento e novas relações de trabalho: uma perspectiva comparativa internacional. In: ÁVILA M. B. et al (Org). Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico. Recife: Núcleo de Reflexões Feministas sobre o Mundo do Trabalho produtivo e Reprodutivo e SOS Corpos Instituto Feminista para a Democracia, 2008.
17. KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: **Editora Cobogó**, 2019.
18. Ministério da Saúde (MS). *Guia Alimentar para a População Brasileira* Brasília: MS; 2014.
19. NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa: feminismos plurais*. 1. ed. Goiânia: UFG, 2020.
20. ONU. Trabalhadoras domésticas refugiadas e migrantes são protegidas por leis brasileiras, mas carecem de informação. Roma: ONU, 2024. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-refugiadas-e-migrantes-sao-protetidas-por-leis-brasileiras-mas-carecem-de-informacao/#:~:text=Em%20todo%20o%20mundo%2C%2067,popula%C3%A7%C3%A3o%2C%2080%25%20s%C3%A3o%20mulheres>>. Acesso em : 19 de fev. de 2025.
21. PINHEIRO, Luana et alii. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI. Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: **Ipea**, 2019.
22. SAFFIOTI, H. Emprego doméstico e capitalismo. São Paulo: Vozes, 1978.
23. SOUZA, J. A ralé brasileira: Quem é e como vive. Editora da UFMG, 2009.
24. SOUZA et al. Precarização e subjetividade das trabalhadoras domésticas no contexto da Covid-19 em Manaus. Amazonas: **Revista Feminismos**, 2022.
25. SOUZA, D. O.; ABAGARO, C. P.; SILVA, L. C. da. A uberização do trabalho doméstico em tempos de pandemia: precarização e flexibilização das relações de trabalho. *Palavras-chave*: Belo Horizonte, 2021.
26. TEIXEIRA, J.C. Trabalho Doméstico. São Paulo: **Editora Jandaíra**, 2021.

27. WADE, P. Articulation of erotization and race: domestic Service in Latin America. Brasília: **Feminist Theory**, 2014.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se mostrou desafiante, por conta da ineditude do tema no universo das pesquisas sobre trabalho doméstico. Trata-se de uma discussão relevante acerca do fenômeno da SAN no trabalho, sobretudo, no doméstico, que sofre uma série de arbitrariedades tanto jurídicas, quanto culturais. A perspectiva compreensiva permitiu depreender como a alimentação ocorre no trabalho doméstico, evidenciando as percepções das trabalhadoras e ratificando a existência de eixos estruturantes de opressão que mantêm a conformação desse trabalho.

Um destaque para a cozinha como espaço de vigilância, diante de perigos imaginários advindos da presença da trabalhadora. Palco da contradição entre produzir o alimento e não poder acessá-lo; a cozinha, um território demarcado. A comida, nesse espaço, é signo de segregação, reforça hierarquias e, sobretudo, delimita a dignidade alimentar apenas aos patrões.

A ausência da alimentação nas políticas públicas destinadas à categoria evidencia como a alimentação ainda não está consolidada enquanto direito básico, mesmo diante de sua inquestionável relevância. Portanto, não se trata apenas de uma negação do empregador, mas também do estado, posto que não há dispositivos para efetivar o direito. Como a previsão legal não tem força para modificar a realidade, há a necessidade de políticas públicas específicas para enfrentar os eixos de opressão, ações sistêmicas que toquem na precarização, para que a alimentação passe ser um direito materializado.

É importante reforçar que esta pesquisa não pretende ser uma versão canônica sobre a alimentação no trabalho doméstico, ela versa apenas sobre um registro atômico da profusão de histórias que se desenrolam no “breu” das resistências. Ela representa um movimento para a retirada do fenômeno sob investigação da invisibilidade, esta pesquisa é, portanto, uma contribuição para o preenchimento da lacuna abismal existente na literatura científica acerca do assunto. Apesar de revelar experiências importantes para resposta à questão de investigação, surgiram fenômenos que exigem maior exame, para melhor compreensão da problemática, como as relações de classe e alimentação e a violência alimentar, dentre outros fenômenos correlatos que têm a violência como principal tônica.

REFERÊNCIAS

1. ACCIARI, L.; PINTO, T. **Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico**. Rio de Janeiro: Estudos Avançados, 2020.
2. AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
3. ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
4. ALMEIDA, J. L. **Livro das noivas**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria, 2019.
5. ALVES, P. C. **A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade**. São Paulo: Soc. Estado, 2010.
6. ANDRADE, et al. **Trabalho e Saúde no Emprego Doméstico no Brasil**. São Paulo: Trabajo y Sociedad, 2021.
7. ARAÚJO, et al. **Trabalho doméstico e cuidado: Um campo de debate**. São Paulo: Revista Tempo Social, 2021.
8. ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil**. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020.
9. AZEVEDO, D. C. **Vamos, sim, falar da fome!** Revista Katálysis. Florianópolis: 2022.
10. AZEVEDO, V. et al. **Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios**. São Paulo: Revista de Enfermagem Referência, 2017.
11. BARBOSA, A. M. S.; IASINIEWICZ, G.; BUTTOW, M. **Trabalho doméstico: entre o poder simbólico patronal e a luta por reconhecimento jurídico**. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo: setembro/dezembro, 2019.
12. BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edição 70, 1979.
13. BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
14. BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. São Paulo: Saúde e Sociedade, 2003.
15. BENEVIDES, L. T.; CRUZ, et al. **Negociação coletiva no trabalho doméstico no Brasil: o caso da convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo**. Brasília: IPEA, 2021.
16. BENTO, M. A. **Pactos narcísicos no racismo**. São Paulo: Psicologia, USP, 2002.

17. BEZERRA, et al. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade**. Natal: Ciência & Saúde Coletiva, 2020.
18. BORTOLETTI, F.; MEORIM FERREIRA DE LUCCA E CASTRO, M.; BUGALHO, A. **Trabalho doméstico escravo: da origem aos dias atuais**. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 9, p. 941–959, 2022. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/2556>. Acesso em: 10 jan. 2025.
19. BRASIL. **Ministério da Saúde (MS). Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: MS; 2014.
20. BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. Informações Gerais**. Brasília: MET, 2022. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf#7>. Acessado em 30 jan. 2025.
21. BRASIL. **Ministério do Trabalho. Portaria nº. 03, de 01 de março de 2002. Baixa instruções sobre a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/pat/Legislacao/conteudo/portaria03.asp>. Acesso em: 25 set. 2023.
22. BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 2015. Contrato do trabalho doméstico**. Brasília: MET, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.
1. BRASIL. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 10 jan. 2025
2. BRASIL. **Ministério Público do Trabalho. Cartilha Direitos da Trabalhadora Doméstica**. Brasília: MPT, 2021.
3. BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

4. BRASIL. **Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 1994.
5. BRITO, F. R. S. S.; BATISTA, T. W. F. **Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2021.
6. BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A Saúde e seus Determinantes Sociais**. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
7. CASCUDO, L. C. C. **História da Alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.
8. CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
9. CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2009.
10. CLESER, V. **O lar doméstico: conselhos para boa direcção de uma casa**. 5. ed.
11. COLEMAN, J. S. **Snowball sampling. Problems and techniques of chain referral sampling**. Human organization, 1958.
12. COSTA, et al. **Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil**. Florianópolis: R. Katál, 2022.
13. COSTA, S. **Eugenia e controle social: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
14. COUTINHO, M. C.; MADERS, T. R.; TRINDADE, C.; SAVANHAGO, L. **“Acho que homem não é para ele essa profissão”: contrapontos de gênero no trabalho doméstico**. Psicologia Argumento, 2019.
15. CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. The University of Chicago Legal Forum, 1989.
16. CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Revista Estudos Feministas, 2002.
17. CURIEL, O. **Descolonizando el Feminismo: Una Perspectiva desde América Latina y El Caribe**. In: PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, 1, 2009, Buenos Aires, Universidad Nacional de Colombia. Anais... Buenos Aires: Grupo Latinoamericano de Estudios,

Formación y Acción Feminista (GLEFAS) y el Instituto de Género de la Universidad de Buenos Aires, 2009.

18. DAVIS, A. Y. **Women, race, & class**. Vintage, 2011.
19. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O trabalho doméstico: 10 anos da PEC das domésticas (2023)**. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.
20. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio**. São Paulo, 2024. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico/2.html>. Acesso em: 08 fev. 2025.
21. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Trabalho Doméstico**. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 11 fev. 2025.
22. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O emprego doméstico na região metropolitana de Salvador (2019)**. Disponível em:
<https://www.PINHEIRO.org.br/analiseped/2019/2019empreDomSSA.html>. Acesso em: 04 jan. 2025.
23. DIAS, L. O.; ALMEIDA, L. I. **EU EMPREGADA DOMÉSTICA: HERANÇAS, RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL**. Tessituras | Revista de Antropologia e Arqueologia: Pelotas, 2021.
24. DIEESE. **As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia domiciliar**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O emprego doméstico na região metropolitana de Salvador (2019)**. Disponível em :<
<https://www.PINHEIRO.org.br/analiseped/2019/2019empreDomSSA.html>>. Acessado em 05 de jan. 2025
25. DEWEY, J. **Como pensamos**. Companhia Editora Nacional, 1959.

26. FAO – **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe.** 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7403p.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.
27. FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023. Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano.** Roma: FAO, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.4060/cc6550es>. Acesso em: 11 jan. 2025.
28. FERRI, Renata de Lima; KALSING, Luciane. **Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 143, p. 27-47, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN/>. Acesso em: 08 de já. 2025.
29. FISCHLER, C. **L'Homnivore: Le goût, la cuisine et le corps.** Paris: *Éditions Odile Jacob*, 1990.
30. FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Global Strategic Framework for Food Security and Nutrition (GSF).** Roma: FAO. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6f4569fa-44d7-49ef-80f86dbefba76bfe/content#:~:text=Food%20security%20exists%20when%20all,an%20active%20and%20healthy%20life> Acesso em 04 fev. 2025.
31. FRAGA, A.B. MONTICELLI, T.A. **“PEC das Domésticas”:** holofotes e bastidores. *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, 2021. Francisco Alves; Paulo de Azevedo e Cia., 1926. [1ª. ed.: 1896].
32. FREITAS, M.S. **Agonia da Fome.** Rio de Janeiro: *Editora FIOCRUZ*; Salvador: EDUFBA, 2003.
33. GADAMER, H.G. **Verdade e método.** Petrópolis: Vozes;1997.
34. GALON, T; OLIVEIRA, N.K.G. **Trabalho doméstico análogo à escravidão durante a pandemia de COVID-19: reportagens sobre as vidas invisíveis de 'dentro de casa'.** *In Revista*: São Paulo, 2023.

35. GARCIA, B.C. E MARCONDES, G.S. **As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado**. São Paulo: *R. Bras. Est. Pop.*, 2022.
36. GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
37. GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: *UCPA Editora*, 2018.
38. GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: *Graal*, 1984.
39. GRAMSCI, A. *Subaltern Studies I: Writings on South Asian History and Society*. Delhi: *Oxford University Press*, 1982.
40. GUILHERME RC et al. **Alimentação do Trabalhador: uma avaliação em indústrias no nordeste do Brasil**. Porto Alegre: *Ciência & Saúde Coletiva*, 2020.
41. HABERMAS, J. *Dialética e Hermenêutica*. LPM: Porto Alegre 1987.
42. HIRATA, H. **Desenvolvimento e novas relações de trabalho: uma perspectiva comparativa internacional**. In: ÁVILA M. B. et al (Org). *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: Núcleo de Reflexões Feministas sobre o Mundo do Trabalho produtivo e Reprodutivo e SOS Corpos Instituto Feminista para a Democracia, 2008.
43. JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: *Francisco Alves*, 2004.
44. JUNIOR, Sylvino. **A dona de casa: a mais útil publicação em português**. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor: *Livraria Moderna*, 1894.
45. KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: *Editora Cobogó*, 2019.
46. LAURELL, A. C & NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: *Hucitec*, 1989.
47. MARQUESE, R.B. **A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847**. São Paulo: *Revista de História*, 1997.
48. MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: *Boitempo*, 2004.
49. MINAYO, M. C. S. **O enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: *Fiocruz*, 2002.
50. Ministério da Saúde (MS). **Guia Alimentar para a População Brasileira Brasília: MS; 2014**.

51. MOURA, Clóvis. **Estratégia do Imobilismo Social contra o Negro no Mercado de Trabalho**. *Rev. São Paulo em Perspectiva*, 1988.
52. MOURÃO et al. **"Patrão é patrão, empregado é empregado": identidade profissional de domésticas**. Rio de Janeiro: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2022.
53. NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa: feminismos plurais**. 1. ed. Goiânia: UFG, 2020.
54. ONU MULHERES BRASIL. **Trabalhadoras domésticas fazem campanha por direitos durante a pandemia Covid-19 e articulam apoio da cooperação internacional**. ONU MULHERES BRASIL, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-fazem-campanha-por-direitos-durante-a-pandemia-covid-19-e-articulam-apoio-da-cooperacao-internacional/>. Acesso em: 03 jan. 2025.
55. ONU. **Trabalhadoras domésticas refugiadas e migrantes são protegidas por leis brasileiras, mas carecem de informação**. Roma: ONU, 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalhadoras-domesticas-refugiadas-e-migrantes-sao-protegidas-por-leis-brasileiras-mas-carecem-de-informacao/#:~:text=Em%20todo%20o%20mundo%2C%2067,popula%C3%A7%C3%A3o%2C%2080%25%20s%C3%A3o%20mulheres>. Acesso em: 19 de fev. de 2025.
56. PINHEIRO, Luana et alii. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI. Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad contínua**. *Textos para Discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
57. PIZZINGA, V.H. **Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas**. Rio de Janeiro: *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, 2021.
58. PORPINO et al. **Food waste paradox: antecedents of food disposal in low-income households**. *International Journal of Consumer Studies*, 2015.
59. POUPART et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
60. PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: *Letramento*, 2019.

61. RAMOS, José; PEIRÓ, José María; RIPOLL, Pere. Condiciones de trabajo y clima laboral. In: PEIRÓ, José María; PRIETO, Francisco (Orgs.). Tratado de psicología del trabajo. v. 1. Madrid: Síntesis Psicología, 2002. p. 37-91.
62. RANGEL, H. M. V. A. **A discriminação sócio jurídica ao emprego doméstico na sociedade brasileira contemporânea: uma projeção do passado colonial.** Jus Navigandi 23, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14215/a-discriminacao-sociojuridica-a-empregada-domestica-na-sociedade-brasileira-contemporanea>. Acesso em: 06 fev. 2025.
63. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). VIGISAN – **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Olhar para a Fome. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf. Acesso em: 17 DE ABRIL 2024.
64. RONCADOR, S. **A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999).** Brasília: Editora Unb, 2008.
65. ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. **O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagensêmica, ética e dialética.** Educação e Pesquisa: São Paulo, 2012.
66. SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo.** São Paulo: Vozes, 1978.
67. SILVA et al. **A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade.** Salvador: Cad. Saúde Pública, 2022.
68. SILVA et al. **Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível.** Piracicaba: Cadernos de Direito, 2017.
69. SILVA et al. **O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade.** Belo Horizonte: Psicologia em Revista, 2017.
70. SIMÕES L.G; HERMETO, A.M. **Padrões recentes de inserção e mobilidade no trabalho doméstico no Brasil metropolitano: descontinuidades e persistências.** Belo Horizonte: R. Bras. Est. Pop., 2019.
71. SORJ, B. **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas.** Rio de Janeiro: FGV Editora. 2019.
72. SOUZA et al. **Precarização e subjetividade das trabalhadoras domésticas no contexto da Covid-19 em Manaus.** Amazonas: Revista Feminismos, 2022.

73. SOUZA, D. O.; ABAGARO, C. P.; SILVA, L. C. da. **A uberização do trabalho doméstico em tempos de pandemia: precarização e flexibilização das relações de trabalho.** *Palavras-chave*: Belo Horizonte, 2021.
74. SOUZA, J. **A ralé brasileira: Quem é e como vive.** *Editora da UFMG*, 2009.
75. TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. DE P.; SOUZA, E. M. DE. **Nostalgia for enslavement relations in discourses about (but not from) housemaids.** *Cadernos Pagu*, 2020.
76. TEIXEIRA, J.C. **Trabalho Doméstico.** São Paulo: *Editora Jandaíra*, 2021.
77. VELOSO, Iracema Santos; SANTANA, Vilma Sousa. **Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil.** *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, 2002.
78. VIOTTI, A.C.C. **Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, 2019.
79. WADE, P. **Articulation of erotization and race: domestic Service in Latin America.** Brasília: *Feminist Theory*, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Explicar motivo da pesquisa e o método – Assinatura TCLE)

- **Bloco I – Identificação, experiência profissional e de vida**

- Nome/ sexo/raça
- Onde nasceu, cresceu, estudou?
- Em qual cidade e bairro você mora?
- Você vive com quantas pessoas?
- Como chegou no trabalho doméstico?
- Quais atividades domésticas realizava (ou realiza)?
- Como concilia o trabalho doméstico com outros compromissos?
- Para você, o que é ser empregada doméstica?
- Como você colabora para a renda da sua família?

- **Bloco II – Perfil do Trabalho**

- Você trabalha como diarista e/ou mensalista?
- Quais atividades realiza?
- Qual o valor mensal médio que consegue por mês?
- Tem carteira assinada?
- Em qual (is) município (s) trabalha atualmente?
- Quanto tempo dura o trajeto de casa para o trabalho?
- O que você acha do valor que recebe por seu trabalho?
- Como diria que é seu relacionamento com seus patrões?

- **Bloco III – Relação com o Alimento no Trabalho**

- Você se alimenta no trabalho? De onde vem essa alimentação?

- Quantas refeições você faz e quais são feitas no trabalho?
 - Você já sentiu a necessidade de levar comida do trabalho para a casa? E de casa para o trabalho?
 - Existe diferença entre o que você come e o que o patrão (a) come?
 - Já aconteceu alguma situação constrangedora com relação à alimentação no trabalho?
 - Você já foi proibida de consumir algum alimento?
 - Você e seus patrões comem no mesmo horário?
 - Em qual local você habitualmente almoça na casa dos seus patrões?
 - Quando seus patrões recebem visita, onde você come e o quê come?
 - Você tem alguma condição de saúde que exige um cuidado maior com a alimentação? Como isso é tratado no ambiente de trabalho?
 - Você já teve algum mal-estar por sentir fome durante o trabalho?
 - Como você avalia a alimentação feita no trabalho?
-
- **Bloco IV – Relação com o Alimento em Casa**
 - Quantas e quais são as refeições que você realiza em casa?
 - Quem prepara essas refeições?
 - Você considera que elas são suficientes para você e sua família?
 - Existe diferença entre o que você consome em casa e no trabalho? Quais?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Senhora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: “CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS”, que tem como objetivo compreender as condições de trabalho e segurança alimentar e nutricional para trabalhadoras domésticas do município de Salvador e região metropolitana.

Essa pesquisa será realizada com trabalhadoras domésticas do sexo feminino, maiores de 18 anos, que desempenham trabalho doméstico em qualquer modalidade, diaristas ou não, não vinculadas ao sindicato. Não participarão da pesquisa pessoas que não aceitem assinar este termo.

Sua participação no estudo consistirá em responder às questões em uma entrevista sobre a experiência de segurança alimentar no ambiente de trabalho. A entrevista terá uma duração de cerca de 1 hora, no local de sua preferência. A entrevista será gravada em áudio, com o objetivo facilitar a transcrição das informações de forma fidedigna. Você terá acesso às transcrições para verificar a fidedignidade.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, sendo que você pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, mas você tem a liberdade de não responder ou interromper a entrevista em qualquer momento. Há risco de quebra de confidencialidade (algum dado que possa identificar você ser exposto publicamente). Para minimizar esse risco, nenhum dado que possa identificar você como nome, codinome, iniciais, registros individuais, informações postais, números de telefones, endereços eletrônicos, fotografias, figuras, características morfológicas (partes do corpo), entre outros serão utilizadas sem sua autorização. Fotos, figuras ou outras características morfológicas que venham a ser utilizadas estarão devidamente cuidadas (camufladas, escondidas) para não identificar você.

Você tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista/coleta de dados, sem qualquer prejuízo. Garantimos a você a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na

divulgação científica. Você não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa.

Caso tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável PAULO GILVANE LOPES PENA pelo telefone (71) 98828-9463, endereço Largo do Terreiro de Jesus, s/n. Centro Histórico 40.026-010 Salvador, Bahia, Brasil e/ou pelo e-mail pena@ufba.br; ou ainda com a pesquisadora TATIANE SILVA DA SILVA, pelo telefone (71) 98616-7161, das 8h às 17h. e pelo e-mail satori_ts@hotmail.com.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, também poderá ser consultado. Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ÉTICA da pesquisa, o senhor poderá contactá-los pelos telefones (71) 3283-5564 / 8726 4038 ou ainda pelo e-mail:cepfmb@ufba.br. O Comitê é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Sua participação é importante e voluntária e vai gerar informações que serão úteis para a compreensão da experiência de segurança alimentar e nutricional no trabalho doméstico.

Este termo será assinado em duas vias, por você e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: "CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS". Discuti com a pesquisadora Tatiane Silva da Silva, sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

___/___/___

Assinatura do entrevistado

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado para a sua participação neste estudo.

___/___/___

Assinatura do responsável pelo estudo

___/___/___

Assinatura do pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

ANEXO A- APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

FACULDADE DE MEDICINA DA
BAHIA (FMB) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Condições de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional de Trabalhadoras Domésticas

Pesquisador: Paulo Glivane Lopes Pena

Versão: 3

CAAE: 82244224.5.0000.5577

Instituição Proponente: FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 090902/2024

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB

Informamos que o projeto Condições de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional de Trabalhadoras Domésticas que tem como pesquisador responsável Paulo Glivane Lopes Pena, foi recebido para análise ética no CEP Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia - UFBA em 12/08/2024 às 10:19.

Endereço: Largo do Terreiro de Jesus, s/n
Bairro: PELOURINHO CEP: 40.028-010
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-5564 Fax: (71)3283-5567 E-mail: cepfmb@ufba.br